

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 31, DE 2021

(Do Poder Executivo)

MSC 182/2021

OF 309/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 101, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porangaba, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 466, de 18 de março de 2015 - Associação Comunitária Farroupilha, no município de Pelotas - RS;

2 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 - Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani - MG;

3 - Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar, no município de Piraúba - MG;

4 - Portaria nº 744, de 10 de junho de 2015 - Associação Cultural Desportiva de São Bento, no município de São Bento - MA;

5 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 - Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis - SP;

6 - Portaria nº 2.975, de 30 de julho de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM, no município de Lages - SC;

7 - Portaria nº 3.589, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão, no município de Três Rios - RJ;

8 - Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Comunitária de Pedreira, no município de Pedreira - SP;

9 - Portaria nº 3.863, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Educativa de Piedade, no município de Piedade - SP;

10 - Portaria nº 6.163, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Calmonense, no município de Miguel Calmon - BA;

11 - Portaria nº 81, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição, no município de Pereiras - SP;

12 - Portaria nº 84, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Palmares de Radiodifusão, no município de Palmares - PE;

13 - Portaria nº 92, de 1º de fevereiro de 2016 - Rancho Verde Viva - RVV, no município de Salgueiro - PE;

14 - Portaria nº 101, 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências, no município de Porangaba - SP;

15 - Portaria nº 116, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação José Leite de Oliveira, no município de São José de Piranhas - PB;

- 16 - Portaria nº 144, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, no município de Glória do Goitá - PE;
- 17 - Portaria nº 152, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação de Assistência Social de Cabaceiras, no município de Cabaceiras - PB;
- 18 - Portaria nº 156, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão, no município de Itanhandu - MG;
- 19 - Portaria nº 251, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina, no município de Palestina - SP;
- 20 - Portaria nº 520, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM, Zelia Coli Junqueira, no município de Carmo de Minas - MG;
- 21 - Portaria nº 684, de 9 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde, no município de Ouro Verde - SP;
- 22 - Portaria nº 687, de 10 de maio de 2016 - Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP, no município de Porteiras - CE;
- 23 - Portaria nº 689, de 9 de maio de 2016 - Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI, no município de Teixeira - PB;
- 24 - Portaria nº 690, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrazulense, no município de Serra Azul - SP;
- 25 - Portaria nº 753, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA, no município de Nova Europa - SP;
- 26 - Portaria nº 764, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo, no município de Pedro Leopoldo - MG;
- 27 - Portaria nº 767, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, no município de Garanhuns - PE;
- 28 - Portaria nº 770, de 9 de maio de 2016 - Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural, no município de São Miguel do Araguaia - GO;
- 29 - Portaria nº 774, de 9 de maio de 2016 - Sociedade de Ação Comunitária Canaã, no município de Três Marias - MG; e
- 30 - Portaria nº 900, de 9 de maio de 2016 - Rádio Clube da Vida - Vida FM, no município de Jussara - GO.

Brasília, 29 de abril de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.067258/2013-85, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências, inscrita no CNPJ nº 01.413.187/0001-18, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de outubro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Porangaba, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12306/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 101, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 101/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067258/2013-85 e nº 53830.002115/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912614** e o código CRC **39D024D7**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 309/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 466, 468, 470, 744, 2.952, 2.975, 3.589, 3.627, 3.863 e 6.163, de 2015; 81, 84, 92, 101, 116, 144, 152, 156, 251, 520, 684, 687, 689, 690, 753, 764, 767, 770, 774 e 900, de 2016.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.056215/2011-11

SEI nº 2535667

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36752/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.067258/2013-85.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4695203** e o código CRC **42C6AF40**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.067258/2013-85

(Processo de Outorga nº 53830.002115/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística pela Democratização de Meios de Comunicação de Porangaba**, sediada na localidade de **Porangaba/SP**, tem validade até 17/10/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 03 de dezembro de 2013.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

MC

LDE 4 53830.00275/1448 85

17/10/13



REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 393 datada de 27/07/2001 e Decreto Legislativo nº 753 publicado no Diário Oficial da União datado de 17/10/2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Porangaba (SP), 01 de outubro de 2013.

Handwritten signature of Marcelo José de Campos
MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF 037.698.798-72
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 067258/2013-85

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

14/11/2013-14:17

Handwritten signature: searc



- 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
- 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual
- 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
- 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- 7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
- 8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



Marcelo José de Campos
MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
 CPF 037.698.798-72
 Presidente

Endereço para correspondência:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS

Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro
 Porangaba - SP - CEP 1826-000

DECLARAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, através de seu representante legal, declara para os devidos fins, que: **a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.**

Porangaba (SP), 01 de outubro de 2013.

Tabellão de
Notas

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS

CPF 037.698.798-72

Presidente

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
Reconhecimento por semelhança a firma de Marcelo José de Campos
R\$ 4,25
Porangaba 16 OUT 2013
Em test. [assinatura] da verdade
Assinado com selo de Autenticidade

0792AA018477
FIRMA 1

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente



Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▾



BOA TARDE
CEZAR BORGES DOS SANTOS
Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta

menu ajuda



Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS.COMUNIT.EDUCAT.CULT.E ARTIST.CONFORME A CONST.VIGENTE,P/
CNPJ: 01.413.187/0001-18

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:31:36 do dia 24/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.413.187/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/09/1996
NOME EMPRESARIAL ASS.COMUN.EDUC.CULT.E.ART P/DEMOC.DE.COMUN.DE PORANGABA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMUNIDADE PORANGABA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VEREADOR BRAZ GICA DA PAZ	NÚMERO 112	COMPLEMENTO	
CEP 18.260-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PORANGABA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **24/10/2013** às **17:34:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A
CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA
COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS**

Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro

Porangaba - SP - CEP 1826-000



GRADE DE PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA À SEXTA-FEIRA

Horário	Programa	Conteúdo
06h às 9h	RANCHO DO GATO	SERTANEJO RAIZ, TRÁS TAMBÉM INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA.O APRESENTADOR FAZ A IMITAÇÃO VARIOS PERSONAGENS DE SUA AUTORIA, LEVANDO MUITA DIVERSÃO E HUMOR PARA O RADIO.
09h às 09:05	A CRONICA DO DIA	O PROGRAMA LEVA TODO DIA, UMA CRONICA DE ANIMO PARA O RADIO, PELO SEU APRESENTADOR.
09:05 às 12:00hs	EXPRESSO DA MANHA	PROGRAMA ECLETICO,MUSICAS DE TODOS OS GENEROS,PROGRAMA HUMORISTICO
12:00 às 13h	JORNAL DO MEIO	NOTICIAS LOCAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS.
13h às 17h	SHOW DA TARDE	PROGRAMA ECLETICO,MUSICAS DE TODOS OS GENEROS.
17h às 18h	CORAÇÃO SERTANEJO BLOCO 1	APENAS SERTANEJO, INFORMAÇÃO DE UTILIDADE.
18h às 18:15	A HORA DA AVE MARIA	PROGRAMA ONDE A APRESENTADORA FALA SOBRE O EVANGELIO.
18:15 às 19h	CORAÇÃO SERTANEJO BLOCO 2	APENAS SERTANEJO, INFORMAÇÃO DE UTILIDADE.
19h às 20h	A VOZ DO BRASIL	A VOZ DO BRASIL
20h às 22h	ESPAÇO EVANGELICO	PROGRAMA EVANGELICO, TOCA MUSICAS GOSPEL, TAMBÉM HÁ PALAVRA SOBRE A BIBLIA E ORAÇÃO.
22h ENCERRAMENTO		

SÁBADO

Horário	Programa	Conteúdo
06h às 9h	RANCHO DO GATO	SERTANEJO RAIZ, TRÁS TAMBÉM INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA.O APRESENTADOR FAZ A IMITAÇÃO VARIOS PERSONAGENS DE SUA AUTORIA, LEVANDO MUITA DIVERSÃO E HUMOR PARA O RADIO.
9h às 10h	IGREJA CATOLICA DE PORANGABA	PROGRAMA APRESENTADO PELO PADRE LOCAL,ONDE ELE TRÁS UMA PALAVRA SOBRE O EVANGELIO.
10h às 12h	EXPRESSO DA MANHÃ	PROGRAMA ECLETICO,MUSICAS DE TODOS OS GENEROS.
12 ÀS 13H	SHOW UP NO ESPORTE	PROGRAMA SOBRE FUTEBOL ,ENTREVISTAS ,INFORMAÇÕES.
13h às 16h	TARDE SERTANEJA	SERTANEJO RAIZ, TRÁS TAMBÉM INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA.O APRESENTADOR FAZ A IMITAÇÃO VARIOS PERSONAGENS DE SUA AUTORIA, LEVANDO MUITA DIVERSÃO E HUMOR PARA O RADIO.
16h às 18h	OS MENSAGEIROS DE CRISTO	PROGRAMA EVANGELICO, TOCA MUSICAS GOSPEL RAIZ, TAMBÉM HÁ PALAVRA SOBRE A BIBLIA E ORAÇÃO.
18h às 19h	CURURU	MUSICAS CURURU , E ENCERRAMENTO AS 19H

Ministério das Comunicações - SCS
Fls. 089
Rubrica

DOMINGO

Horário	Programa	Conteúdo
08 h às 09h	MISSA	<MISSA DA IGREJA CATÓLICA AO VIVO>
09h às 13:30hs	DOMINGO NO RANCHO 1	MUSICA AO VIVO, SERTANEJO RAIZ, TRÁS TAMBÉM INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA.O APRESENTADOR FAZ A IMITAÇÃO VARIOS PERSONAGENS DE SUA AUTORIA, LEVANDO MUITA DIVERSÃO E HUMOR PARA O RADIO.
13:30 às 15:30	IGREJA BATISTA DE PORANGABA	PROGRAMA EVANGELICO, TOCA MUSICAS GOSPEL, TAMBÉM HÁ PALAVRA SOBRE A BIBLIA E ORAÇÃO.
15:30 às 19h	DOMINGO NO RANCHO BLOCO 2	SERTANEJO RAIZ, TRÁS TAMBÉM INFORMAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA.O APRESENTADOR FAZ A IMITAÇÃO VARIOS PERSONAGENS DE SUA AUTORIA, LEVANDO MUITA DIVERSÃO E HUMOR PARA O RADIO.
19h	ENCERRAMENTO	

O CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, através de seus conselheiros, declara que a programação da emissora de rádio, conforme a grade de programação anexa atende os objetivos e finalidades legais do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Porangaba (SP), 01 de outubro de 2013.

CONSELHEIROS:

Conselheiro: WENDELL KLAUSS RIBEIRO
representante da Associação da Melhor Idade Viva Vida

Conselheira: MARIA JOSÉ DINIZ PAES
representante da Escola de Samba Mocidade Porangabense

Conselheira: SONIA REGINA GHIZZI MARTELLO
representante da Associação para Proteção de Animais Amor de Bicho de Porangaba



Registro civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas - SP
 Rua Nove de Julho, 190 - Fane (14) 3883-1940
 Remissão por semelhança a firma de: MENDEL REALES
 RIBEIRO, em documento sem valor econômico e dou fé.
 Bofofe, 16 de outubro de 2013.
 Em Testó da verdade. Cód. [161740001020131600 - NEL2006]
 Patrícia Pinto de Oliveira-Substituta
 Faltas 84-4-25

01338AA016518

Substitua

Patrícia Pinto de Oliveira

Val. Somente com selo de Autenticidade

LAO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
 Empeço por semelhança a firma de MARIA
 JOSE DINIZ VAS E SONIA REGI-
 NA GILZELI MARTELLO.
 2442501
 Porangaba 21 OUT 2013
 da verdade

FIRMA 2

0792AA003301

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
 Elisarna Leite Pinto
 Escrevente

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

2013 10 OUT 21 10:01

Conselheiro: JOSE RICARDO DE ALMEIDA

representante do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Vila

Ministério das Comunicações - SCE
Fls. 09
Rubrica

R. Civil P. Naturais e
Notas de Bofete

Conselheiro: JOÃO CARIELLO DE MORAES FILHO

representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porangaba

Registro civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas - SP
Rua Nove de Julho, 939 - Fone (11) 3883-1340
Reconheço por semelhança a firma de JOÃO CARIELLO
DE MORAES FILHO, em documento sem valor econômico e
dou fé.
Bofete, 16 de outubro de 2013.
Em Teste da verdade. Cód. [1620100012201316501] [PC0852]
Patricia Pinto de Oliveira-Substituta
Total: R\$ 4,25

Patricia Pinto de Oliveira
Substituta





**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA-SP**

LUIZ GUSTAVO DE ALMEIDA ROLLO

Rua Prefeito Domingos Diniz Vaz nº 48 - Porangaba-SP - CEP 18260-000
FONE/FAX: (015) 3257-1229 / 3257-1167 - E-MAIL: RIPORANGABA@GMAIL.COM

PEDIDO DE CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA Nº: 000048 REQUERIDO EM 26/07/2013

Requerente.....: MARCELO JOSÉ DE CAMPOS

Depósito prévio.: 166,43

Observações.....: Pedido de Certidão

ITENS DO PEDIDO

CERTIDÃO - Reg. Nº 18



CUSTAS E EMOLUMENTOS

Emolumento	R\$	103,92
Ao Estado	R\$	29,69
Ao IPESP	R\$	21,88
Ao Registro Civil	R\$	5,47
Tribunal de Justiça	R\$	5,47
TOTAL	R\$	166,43
Valor Depositado.....	R\$	166,43

ORIGEM DOS DEPÓSITOS

-Depósito prévio em DINHEIRO

RECEBI A IMPORTÂNCIA TOTAL ACIMA ESPECIFICADA.

PORANGABA, 02 de agosto de 2013

Maurício Costa Lopes Jardim

MAURÍCIO COSTA LOPES JARDIM - SUBSTITUTO DO OFICIAL

PELO INTERESSADO

Recebi uma via do presente, com a referida certidão.

Data: ____/____/____

Ass.: _____

Nome _____

End.: _____

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações - SGE
Fls. 11
Rubrica

CARTÓRIO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 7 AGO 96 10965



REQUERIMENTO

**AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE
TATUI ESTADO DE SÃO PAULO**

Eu, ELIAS MARQUES, maior, casado, residente e domiciliado à rua João Machado nº 21, no município de Porangaba, presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS", com sede provisória à rua João Machado, nº 21, no município de Porangaba, vem respeitosamente requerer à Va. Sa. que se digne a registrar os documentos da referida associação, como segue:

- a) Ata de fundação e aprovação do estatuto;
- b) Ata de eleição da diretoria;
- c) Ata de posse da diretoria;
- d) Estatuto social da Associação.

Nestes termos, aguardando o registro.

Porangaba, 05 de agosto de 1996.

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de
Elías Marques
Data 05.08.1996
Em test. Antonio Fulto Cardoso da verdade.
Por firma R\$

Primeiro Cartório de Notas
Antonio Fulto Cardoso
Substituto - L.F. n.º 8.000/04 - Art. 2º

F. TABELADO

ELIAS MARQUES

Pres. da Assoc. Com. Educ. Cult. e Artist. Porangaba do Município de Porangaba





CARTÃO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 7 AGO 96 10965



"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS"

ATA DE FUNDAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho 1996, pontualmente às 15H00, teve início a Assembléia Geral Ordinária para a fundação e aprovação do estatuto da entidade "Porangaba", nome este indicado por unanimidade, em acordo anteriormente discutido pelos presentes, onde sua sede provisória será localizada à rua João Machado nº 21, centro, no município de Porangaba - SP - CEP: 18.260-000. Após esgotar-se o prazo para o comparecimento dos demais convidados, os coordenadores da mesa que também nesta data secretariaram todos os serviços desta assembléia, após verificar a presença do número suficiente de convidados, deu abertura à sessão.

Após iniciada a votação, novamente por unanimidade, foi aprovado o estatuto e o nome da nova entidade, que oficialmente passou a denominar-se **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS**. Desta forma, após todos os informes e em pleno e total acordo dos presentes, foi encerrada a Assembléia, onde também ficou acertado o cronograma das próximas Assembléias Gerais Ordinárias e foi lavrado no livro de atas.

Porangaba, 24 de julho de 1996.

2. TABELÃO

Adriana de Almeida
Adriana de Almeida
Secretária Geral da Mesa

Reconheço por SEMELHANÇA
Adriana de Almeida
05 AGU 1996
Dou fé, atestei,
Em texto da verdade, y
Por firma RS
1º SERVIÇO NOTARIAL - TATUI-SP
Rua 13 de Maio, 654 - Tel. 221-4188
Boa Vista - Fone Fixo 221-4188

Primeiro Cartório de Mesa
Antonio Fello Cardoso
Instituto - L.F. n.º 8.000/94 - Art. 2º

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-000
Registrado e digitalizado sob o n.º acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E
ADJACÊNCIAS, que para clareza de todos, oficialmente acordados subscrevem abaixo todos os
membros da diretoria supra, em conjunto das testemunhas conforme segue:

Porangaba, 24 de julho de 1996.

De (pleno e total) acordo

1º TABELIAO

[Assinatura]
Diretor Presidente

2º TABELIAO

[Assinatura]
Diana de A. Marques
Diretora Tesoureira

3º TABELIAO

[Assinatura]
Adriana de Almeida
Diretora Secretária Geral

4º TABELIAO

[Assinatura]
Marcos de Almeida
Diretor de Comunicações

Primeiro Oficial do Notas
Públicas João Carlos
Assessor - L.F. nº 8206/94 - Tel. 32

1º SERVIÇO NOTARIAL - TATUI-SP
Rua V. do Mato, 454 - Tel. 321-4308
At. 18h00 - 18h30 - 18h45

Retenção por SEMELHANÇA - a 1ª e 2ª
[Assinatura]
Diana Marques, Mariana Almeida Marques,
Adriana de Almeida, Marcos de Almeida
Data: 05 AGO 1996
de verdade.
Por firma R\$

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP

18 - 000

Registrado e digitalizado sob o nº acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



CARTÃO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
- 7 150 95 10965



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA "PORANGABA"
DE PORANGABA**

ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho de 1996, pontualmente às 18H00, teve início a Assembleia Geral Ordinária para a eleição da diretoria da entidade denominada **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS"**, com sede provisória localizada à rua João Machado nº 21 - centro - Porangaba - SP - CEP: 18.260-000, onde reuniram-se os convidados e interessados, devidamente convocados, onde todos compareceram pontualmente no horário marcado com a devida antecedência. Após apresentação dos nomes a ocupar o cargo da diretoria, teve início a votação, que foi, por unanimidade indicados, e posteriormente eleitos associados da entidade **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS"**, que informam aceitarem inspontaneamente os respectivos cargos, assim como também a se submeterem à todas as cláusulas do estatuto social desta nova Associação Comunitária.

Portanto, a entidade oficialmente elege seus reais diretores, representantes legais de seus associados, conforme o estatuto social da associação, onde segue abaixo os conceituados nomes que democratica e oficialmente foram eleitos nesta data e respectivos cargos conforme segue:

DIRETOR PRESIDENTE: Elias Marques, brasileiro, casado, maior, profissão comerciante, portador do R.G. 3.712.584 - 9 SSP/PR, CIC 467.563.299/87, residente e domiciliado à rua João Machado nº 21, centro, Porangaba - SP - CEP: 18.260-000.

DIRETORA SECRETÁRIA: Adriana de Almeida, brasileira, solteira, maior, estudante, portadora do R.G. 25.768.792-0 SSP/SP, CIC 167.379.618/43, residente e domiciliada à Chácara Três Estrelas, bairro dos Lopes, Porangaba - SP - CEP: 18.260-000.

DIRETORA TESOUREIRA: Tânia de Almeida Marques, brasileira, casada, maior, do lar, portadora do R.G. 25.768.791 - 9 SSP/SP, CIC 167.379.588/93, residente e domiciliada à rua João Machado nº 21 - centro - Porangaba - SP - CEP: 18.260-000.

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Márcio José de Almeida, brasileiro, solteiro, maior, estudante, portador do R.G. 25.678.793 - 2 SSP/SP, CIC 267.283.658 - 26, residente e domiciliada à Chácara Três Estrelas, bairro dos Lopes, Porangaba - SP - CEP: 18.260-000.

E desta forma, novamente por unanimidade e de pleno e comum acordo de todos os sócios eleitos e não eleitos, assim como pelos demais membros da entidade, foi encerrada a primeira assembléia geral ordinária, que foi eleita para os próximos 10 (dez) anos, conforme determina o estatuto social, desta primeira diretoria da **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE**



Ministério das Comunicações - SGE
Fls. 15
Rubrica [assinatura]

REGISTRO DE IMÓVEIS - TATUI

**CARTÃO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS**
- 7 AGO 96 10965

ATA DE POSSE DA DIRETORIA

P, 24 de julho de 1996.

Serviço Notarial Tatuapé
Rua S. da Mota, 53 - Jd. Esplanada Primavera
Tel. (011) 558-1100

Responso por SEMELHANÇA e FIDELIDADE
Elias Marques

Dou o dia 05 AGO 1996
Era às 14h da tarde em
Presença de [assinatura]
Por firma de [assinatura] - L. do Notário
Antônio Julio Cardoso
Cadastrado - L.F. n.º 2.000/94 - Ass. 02

Elias Marques - Diretor Presidente

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-000
Registrado e digitalizado sob o nº acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações - SCE
Fls. 16
Rubrica

CARTÓRIO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 7 AGO 96 10965



"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA,
CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS
DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE
PORANGABA E ADJACÊNCIAS"

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO 01 DA DENOMINAÇÃO - FUNDAÇÃO - SEDE E FINS

ARTIGO PRIMEIRO:

"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS", fundada no dia 24 de julho de 1996, com sede provisória à rua João Machado nº 21 - centro - Porangaba - CEP: 18.260-000- Estado de São Paulo, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, estes em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial, visual, auditiva, mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover:

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Desenvolver o espírito comunitário e solidário, segundo os princípios humanistas;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A luta pela defesa da vida e todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológica, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem "ser humano";

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Promover em sua sede social reuniões recreativas com cunhos culturais, visando apoiar atividades e iniciativas em defesa das "minorias discriminadas", contra todos os tipos de discriminação/preconceito/marginalização;

PARÁGRAFO QUARTO:

Promover relações de amizade, solidariedade entre os associados e demais sociedades ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais;

PARÁGRAFO QUINTO:

A fim de cumprir suas finalidades, esta associação pode organizar-se em tantas unidades de prestação de serviço quanto se fizerem necessárias, à critério da diretoria. Outrossim, fica vedado a utilização política - partidária, ou racial da entidade;

PARÁGRAFO SEXTO:

Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através de meios de comunicação próprios, ou alternativos, tais como: ondas citromagnéticas "Rádio" e de imagens "TV", tudo conforme a legislação em vigor.

CAPÍTULO 02 DOS PODERES DIRETIVOS



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações
Fls. 17
Rubrica

CARTÓRIO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
18096 10065



ARTIGO SEGUNDO: A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, "PORANGABA" será um instituto constituído por entidades afins da sociedade civil e por cidadãos reconhecidamente interessados na defesa da cidadania, filiados nas condições deste estatuto e com os seguintes órgãos diretivos:

- A) Assembléia geral (Ordinária e Extraordinária);
- B) Diretoria Executiva;
- C) Conselho Fiscal;
- D) Conselho de Ética

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O mandato da diretoria será por 10 (dez) anos, podendo ser reeleita sucessivamente sem número de mandatos;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Sendo esta associação uma entidade democrática e livre constituída por cidadãos da sociedade civil, as decisões serão sempre da diretoria, que deverá ter conhecimento na área da comunicações (Rádio e TV).

**CAPÍTULO 03
DA COMPETÊNCIA**

ARTIGO TERCEIRO:

A assembléia geral é o órgão soberano desta associação, sempre constituída pelos seus sócios no pleno gozo de seus direitos. A Assembléia Geral, reunir-se-á originariamente uma vez a cada semestre, podendo ser convocada pela diretoria executiva ou por 10 (dez) por cento dos sócios. As decisões serão sempre pela maioria dos sócios presentes, vetado o voto por procuração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Serão por escrutínio secreto as deliberações que envolvem eleições dos órgãos eletivos;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Compete exclusivamente à Assembléia Geral Ordinária:

- A) Eleger a diretoria executiva e o Conselho Deliberativo (inclusive quantidade de seus membros);
- B) Reformular os estatutos e todos os princípios documentos da associação de 10 (dez) em 10 (dez) anos, de acordo com a plataforma em disputa em cada eleição;
- C) Aprovar o Regimento interno que regulamenta os vários setores de atividade da Associação;
- D) Aprovar ou não o balanço e as contas do exercício anterior, assinando pela Diretoria Executiva e pelo tesoureiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

A Assembléia Geral Extraordinária, convocada por qualquer órgão da Associação, mediante pedido formal (por escrito), dirigido à Diretoria Executiva, ou ainda por pedido subscrito por 10 (dez) por cento dos associados rigorosamente em dia com suas obrigações sociais, reunir-se-á sempre que necessário para deliberar os assuntos que motivaram sua convocação, por um prazo mínimo de (uma) semana e com prazo máximo de (duas) semanas;

PARÁGRAFO QUARTO:

A Diretoria Executiva é o órgão encarregado das atividades - meios da associação, sendo composto por 4 (quatro) membros, eleitos democraticamente, de acordo com as cláusulas anteriores deste estatuto,

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP

18 - 000

Registrado e digitalizado sob o nº acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

CARTÃO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 7 AGO 96 10965



eleitos também para um mandato de 10 (dez) anos, podendo ser reeleito para o mesmo cargo para um período de 10 (dez) anos respeitando o princípio da rotatividade, conforme segue:

DIRETORES OFICIAIS DA ENTIDADE:

- *01 (hum) Diretor Presidente;
- *01 (hum) Diretor Secretário Geral
- *01 (hum) Diretor Tesoureiro;
- *01 (hum) Diretor de Comunicação;

PARÁGRAFO QUINTO:

A diretoria deverá reunir-se ordinariamente quinzenalmente em datas e horários designados pela própria diretoria, e extraordinariamente, quando for convocada pelos coordenadores gerais pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

PARÁGRAFO SEXTO:

As reuniões, tanto ordinárias como extraordinárias, serão realizadas com maioria dos diretores presentes, sendo observada uma tolerância de 30 (trinta) minutos, a fim deste prazo, realizar-se-á com qualquer número.

PARÁGRAFO SÉTIMO

É vetada a presença de pessoas estranhas às reuniões de diretoria, salvo quando vier tratar de assunto da entidade: "PORANGABA" de Porangaba - SP, ou quando convidado por qualquer membro da diretoria executiva ou dos conselhos.

PARÁGRAFO OITAVO:

Todo assunto discutido em reuniões da diretoria deverá ter caráter comunicatório, sempre dentro das propostas das finalidades dessa sessão, sempre com pensamento no bem comum.

CAPÍTULO 04
A) AOS DIRETORES COMPETE:

ARTIGO QUARTO:

Ao diretor Presidente compete:

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Em conjunto com os demais diretores, deverá administrar a entidade, coordenar as reuniões da diretoria executiva, representá-la ativa e passivamente em juízo e nas relações externas.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Rubricar todas as correspondências dirigidas ao Poder Público e às autoridades de hierarquia superior.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Rubricar (e acompanhar constantemente) sempre em conjunto com o diretor tesoureiro, todos os livros fiscais.

PARÁGRAFO QUARTO:

Assinar sempre com o diretor tesoureiro cheques e quaisquer documentos que envolver responsabilidades financeiras, ou seja, nas atividades financeiras necessitará a assinatura do diretor presidente e do tesoureiro para total validade do documento.

PARÁGRAFO QUINTO:



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



CARTÃO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
18096 10065



Assinar sempre com o secretário os títulos, diplomas, certificados, títulos honoríficos, etc.

PARÁGRAFO SEXTO:

Autorizar em conjunto a divulgação de atos administrativos.

PARÁGRAFO SÉTIMO:

Autorizar em conjunto as despesas do orçamento.

PARÁGRAFO OITAVO:

O Diretor Secretário Geral assessorará constantemente o diretor presidente e o substituirá em sua ausência.

B) AOS DEMAIS DIRETORES COMPETE:

ARTIGO QUINTO:

AO DIRETOR SECRETÁRIO GERAL COMPETE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Administrar financeiramente a entidade, ter sob sua guarda os bens e valores da Associação "Porangaba", arrecadar as contribuições dos associados e assinar os devidos recibos e demais comprovantes;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A associação deverá manter uma conta corrente em um conceituado banco com agência no Estado de São Paulo, em conta conjunta do diretor presidente e do diretor tesoureiro, necessitando a assinatura de ambos para as transações financeiras;

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Propor formas de arrecadação para a entidade "Porangaba";

**CAPÍTULO 05
DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE**

ARTIGO SÉTIMO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Todos os bens existentes ou que vierem a ser incorporados são de propriedade da Associação, sendo proibida a venda, doação de instrumentos ou qualquer bem do mesmo, pelos diretores executivos ou qualquer outro diretor, constituindo dessa maneira falta grave. Em caso de dissolução da Associação "Porangaba", os bens serão revertidos à entidades filantrópicas que rezam pelos princípios estabelecidos por este estatuto.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A responsabilidade civil, jurídica e criminal sobre todos os atos sociais e administrativos serão da diretoria executiva;

**CAPÍTULO 06
DOS ASSOCIADOS: DIREITOS E DEVERES**

ARTIGO OITAVO:



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações - SCS
Fis. 20
Rubrica

CARTÃO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
DE PESSOAS JURÍDICAS
- 7 AGO 06 10965



O quadro associativo se comporá das seguintes categorias: sociais, beneméritos, fundadores, diretivos e efetivos.

ARTIGO NONO:

São sócios beneméritos:

Para ser admitido na categoria de sócio benemérito o sócio deverá ser pessoa natural ou jurídica, colaboradores sociais da entidade, a nível de promoção de suas atividades, os sócios beneméritos possuem filiação efetiva, contudo sem direito a voto, até completar 5 (cinco) anos de filiação.

ARTIGO DÉCIMO:

São sócios fundadores:

Para ser admitido na categoria de sócio benemérito o sócio deverá ser pessoa natural ou jurídica, que estiveram presentes na assembléia geral da fundação e assinaram a ata de constituição da associação. Os sócios fundadores possuem filiação efetiva com direito a votar e ser votado.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:

São sócios Diretivos:

Para ser admitido na categoria de sócio diretivo os sócios devem ser pessoas naturais ou que estiverem vinculadas a esta associação, através de participação e quaisquer de suas atividades; atuando como responsável, coordenador, diretor, ou qualquer outra função da direção os sócios diretivos votam e podem ser votados até que exerçam cargo de direção dentro da entidade.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

São sócios efetivos:

Para ser admitido na categoria de sócio efetivo, os sócios devem ser pessoas naturais ou jurídicas que vieram ser admitidas no quadro social. Só sócios efetivos não votam e não podem ser votados até que completem o prazo de cinco anos conforme cláusulas anteriores deste estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Serão considerados sócios todas as pessoas naturais ou jurídicas após indicação e ratificação da idoneidade moral por um ano de associado.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Todos os sócios devem anexar duas fotos 3 X 4 e preencher a proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Também devem fazer declaração que acata a disciplina deste estatuto da "Associação Porangaba" de Porangaba e das entidades superiores a que estiver vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO:

Preencher autorização do pai ou responsável no caso de menores de idade (excessão para menores de 16 anos).

PARÁGRAFO QUINTO:

As pessoas jurídicas, serão sócios beneméritos com a excepcionalidade do direito exclusivo de votar, mediante a proporcionalidade de 01 (um) ano, depois de uma filiação de 05 (cinco) anos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:

São direitos dos associados:

PARÁGRAFO PRIMEIRO:



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações - SGE
Fls. 21
Rubrica

Cartório de
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 76096 - 10965



Frequentar a sede da entidade e participar de suas atividades; TATUI-SP,

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Recorrer aos coordenadores, e à Diretoria, quando sofrer penalidades que julgarem injustas;

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Solicitar com a coordenação da diretoria, esclarecimentos que julgar necessários;

PARÁGRAFO QUARTO:

Representar a entidade em outras associações e festividades quando for convidado pela diretoria;

PARÁGRAFO QUINTO:

Tomar parte nas Assembléias Gerais e nelas apresentar a proposta podendo inclusive votar e ser votado, após 01 (hum) ano como associado;

PARÁGRAFO SEXTO:

Apresentar novos sócios para a aprovação da diretoria;

ARTIGO DÉCIMO QUARTO:

São deveres dos associados:

Primeiro Cartório de Notas
Antonio Julio Cardoso
Substituto - L.F. n.º 8.000/04 - Art. 3º

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de
Henrique Rafael Miranda
Dou fe, Tatui, 05 AGO 1996
Em test. [assinatura] da verdade.
Por firma R\$ [assinatura]

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Pagar as contribuições e demais taxas que forem estabelecidas mediante comprovante;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Apresentar chapas para disputar a diretoria da entidade devendo constar obrigatoriamente a proposta de trabalho a ser desenvolvida durante a gestão;

Este estatuto, devidamente rubricado pelo secretário geral da mesa da primeira Assembléia Geral Ordinária está lavrado no livro de atas onde contém a assinatura dos presentes.

Porangaba/SP, 24 de julho de 1996.

De pleno e total acordo

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de
Adriana de Almeida
Dou fe, Tatui, 05 AGO 1996
Em test. [assinatura] da verdade.
Por firma R\$ [assinatura]

Primeiro Cartório de Notas
Antonio Julio Cardoso
Substituto - L.F. n.º 8.000/04 - Art. 3º

2º TABELIAU

Adriana de Almeida
Secretária Geral da Mesa: Adriana de Almeida

1º TABELIAU

[assinatura]
DR. HENRIQUE RAFAEL MIRANDA
O.A.B.-SP. 81.205



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Prof. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



CARTÃO DE REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS DE
TATUI-SP

Apresentado em 10/06/95
Tratado em 10/06/95
Arquivado em 10/06/95
Assinado em 10/06/95

7.000.96 10.569

TATUI-SP

Tatui, 10/06/95

Em 10/06/95

Em Branco
TATUI-SP



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE TATUI - SP

Rua 13 de Maio n.º 445 - CEP 18270-000 - TATUI - SP

Fone: (015) 251-5465

Oficial: LUIZ CARLOS TELLES NUNES

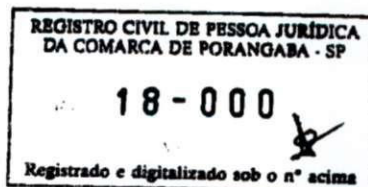
Escrevente Autorizada: Maria Ap. Azevedo Moraes



O Bel. LUIZ CARLOS TELLES NUNES, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Tatuí, do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil.

Certifico, e dou fé, que nesta data foi registrado sob nº 416, o Estatuto Social de "Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências", tendo referida entidade adquirido sua personalidade jurídica. Tatuí, aos sete dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e noventa e seis. O Oficial do Registro, Luiz Carlos Telles Nunes.

CARTÓRIO DE
REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 7 AGO 96
TATUI-SP.
10965



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



São Paulo, 13 de abril de 1999.

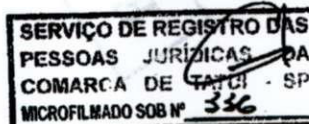
Ao Senhor Tabelião
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Senhor Tabelião,

A Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, sediada à Rua João Machado, 21 - Centro - Porangaba, vem por intermédio de seu representante legal, senhor Elias Marques, portador do RG 3.712.584 e do CPF 467.563.299-87, solicitar o registro da ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 09.04.99, no Cartório de Registros Públicos.

Nestes termos.
Peço deferimento.

Elias Marques



SERVIÇO NOTARIAL E REG. CIVIL
Porangaba Comarca de Tatui - Est. São Paulo
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA - Substituto
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) DE
ELIAS MARQUES

Porangaba, 13 de 04 de 1999

Em _____ da verdade

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 25
Rubrica



Edital de Convocação

Porangaba, 30 de março de 1999

A Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística vem através deste edital convocar os seus sócios para participarem da Assembléia Geral Extraordinária no dia 09.04.99 às 19:00 horas. Local : Rua João Machado, 21 - Centro - Porangaba.

Sugestão de pauta:

1. Modificação de estatuto.
2. Ampliação dos membros da entidade.
3. Eleição de diretoria.

Elias Marques
Presidente

SERVIÇO DE REGISTRO DAS
PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE TATUI - SP
MICROFILMADO SOB Nº 336

SERVIÇO NOTARIAL E REG. CIVIL
Porangaba Comarca de Tatui - Est. São Paulo
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA - Substituto
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) DE
ELIAS MARQUES.

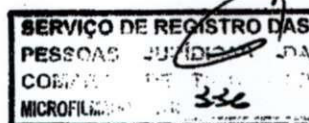
REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-000
Registrado e digitalizado sob o nº acima

Porangaba, 30 de março de 1999.
Eu, o Notário, certifico a veracidade da verdade



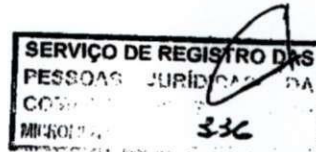
Ata da Assembléia Geral Extraordinária

Aos dias nove de abril 1999, a partir das 19:00 horas, reuniram-se à Rua João Machado n° 21 - Centro - CEP 18.260-000 - Porangaba - SP, membros da Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística com objetivo de modificar o atual estatuto da entidade. O presidente da entidade, Elias Marques, fez a seguinte proposta de pauta : 1.Modificação de estatuto; 2. Ampliação dos membros da entidade; 3. Eleição de diretoria. Aprovada a pauta pela Assembléia Geral, o presidente deu inícios aos trabalhos abrindo debates sobre o primeiro ponto de pauta. Após vários debates, foi proposto um projeto modificador do estatuto. O presidente determinou que eu fizesse a leitura, o que ocorreu de imediato. Como ninguém fez sugestão sobre o projeto, o presidente o colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Cumprindo todas as formalidades legais o presidente declarou aprovada a modificação dos Capítulos II ,III, IV e V e acrescido o Capítulo VII do estatuto da entidade, que passou a ter a seguinte redação : **Capítulo II- Da Assembléia Geral** Art. 2º A Assembléia Geral é o órgão de máximo de deliberação, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para avaliação dos trabalhos realizados e aprovação da programação para o próximo ano. Art. 3º Podem convocar a Assembléia Geral : a) a diretoria; b) um terço (1/3) dos associados. Art. 4º As deliberações da Assembléia são tomadas por maioria dos votos dos associados presentes. Art. 5º A Assembléia Geral deve ser convocada com no mínimo 10 dias de antecedência. Art. 6º Compete à Assembléia Geral: I. eleger e destituir os membros da diretoria e do Conselho Comunitário; II. alterar o estatuto da Associação e extingui-la, mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes. **Capítulo III- Da diretoria** Art. 7º A reunião de diretoria acontece toda vez que o presidente convocar ou quando a metade da diretoria solicitar por escrito. Art. 8º A diretoria é composta por 4 (quatro) membros, um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos. Art. 9º Ocorrendo vacância nos cargos da diretoria, assumirá um substituto, e em seguida será convocada a Assembléia Geral,





terço) dos associados, reunião da Assembléia Geral. Art. 22 Os associados devem manter suas contribuições em dia, para exercer os seus direitos. Art. 23 Os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações adquiridas pela Associação. **Capítulo VI. Do Conselho Comunitário** - Art. 24 O Conselho Comunitário é um órgão composto por cinco representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas, tendo funções previstas na Lei Federal n° 9.612/98. - Art. 25 Os membros do Conselho Comunitário devem ser maiores de 21 anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais 10 (dez) anos, não sendo remunerados. Art. 26 O Conselho Comunitário tem reuniões periódicas, em cada quatro meses, de preferência nos meses de janeiro, maio e setembro. Parágrafo único: A cada reunião deve ter um presidente e um secretário, sendo feita uma ata, cuja a cópia deve ser entregue à diretoria. Art. 27 Os Membros do Conselho Comunitário têm mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Parágrafo único : As eleições do Conselho Comunitário serão realizadas nas Assembléias Extraordinárias, convocadas especialmente para este fim. O senhor presidente determinou que procedesse a escrituração do livro de presença dos associados, em anexo. O presidente passou para o segundo ponto de pauta, avisando que as pessoas presentes na Assembléia que não fossem associados estavam convidados a serem sócios colaboradores, de acordo com as normas do estatutárias. Manifestaram a vontade de se associarem a entidade as seguintes pessoas : George Chammas Júnior, portador do RG 29.224.396 -0 e do CPF 181.866.768-13; Márcio José Soares de Moraes, portador do RG 20.027.652-9; Adriano Roberto Veiga, portador do RG 27.003.985-5 e do CPF 269.569.108-45; Leandro Augusto Camargo Correa, portador do RG 33.239.545-5e do CPF 293.580.878-97; Eduardo Oliveira da Cruz, portador do RG 23.671.033-3 e do CPF 274.290.588-09; Edivaldo Rogério de Oliveira, portador do RG 12.171.872 e do CPF 021.726.298-80; Sérgio Aparecido vaz, portador do RG 6. 075.041-6 e do CPF 860.760.439-20, brasileiro, casado, autônomo, residente à Rodovia Benedito Oliveira Vaz, Km 5 CEP 18.260-000- Centro - Porangaba - SP; Antônio Carlos Vieira Júnior, portador do RG 11.923.083-5 e do CPF 002.982.768-01, brasileiro, solteiro, servidor público, residente à Rua João do



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



Amaral Camargo, 139 - Centro - CEP 18.260-000 - Porangaba - SP O presidente submeteu a aprovação da Assembléia o quadro de novos sócios, que foi aprovado unanimemente. O presidente pediu que registrasse em ata que a eleição do Conselho Comunitário aconteceria em uma Assembléia Extraordinária, conforme estabelece o estatuto. E uma vez identificados os associados o presidente determinou que procedesse o processo de eleição dos membros da diretoria com mandato de quatro anos, que vencerá no dia 09.04.2004, nos termos dos artigos 7º e 8º do Estatuto, ora aprovado. Procedida a eleição constatou-se que os membros da nova diretoria : presidente reeleito Elias Marques; para vice presidente Antônio Carlos Vieira Júnior, já qualificado; para secretário Sérgio Aparecido Vaz, já qualificado e para tesoureira Tânia de Almeida Marques, já qualificada. Investidos de suas funções, com atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto, o presidente determinou que os diretores tomassem posse, o que ocorreu de imediato e depois de assinada a presente ata e o livro da Associação, como ninguém quis fazer uso da palavra, o presidente deu por encerrados os trabalhos e pediu-me, que lavrasse a presente ata, para que assinada pelo presidente e por mim, produza os efeitos legais.





Adriana de Almeida
secretária



Elias Marques
presidente

SERVIÇO NOTARIAL E REG. CIVIL
Porangaba - Comarca de Tatuí - Est. São Paulo
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA - Substituto
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
ADRIANA DE ALMEIDA
ELIAS MARQUES
de 04 de 1979
da verdade


Luis Francisco Flora
OAB 147.688 SP

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-000
Registrado e digitalizado sob o nº acima

SERVIÇO DE REGISTRO DAS
PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE TATUI - SP
332



**Estatuto modificado conforme Assembléia Geral Extraordinária
do dia 09.04.99**

I. Da Denominação - Fundação - Sede e Fins

Art. 1º Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, conforme a constituição vigente,. Pela democratização dos meios de comunicação da comunidade de Porangaba do Município de Porangaba e adjacentes , fundada no dia 24 de julho de 1996, com sede provisória à rua João Machado n° 21 - centro - Porangaba - CEP 18.260-000 0 Estado de São Paulo, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, estes em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial, visual, auditiva, mental ou multiplicas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover:

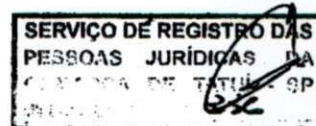
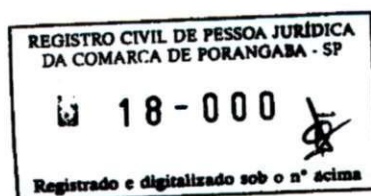
Parágrafo 1º : Desenvolver o espírito comunitário e solidário segundo os princípios humanistas;

Parágrafo 2º : A luta pela defesa da vida e todas as suas manifestações, sejam elas de ordem ecológica, culturais, educacionais e sociais, sempre dentro dos princípios da declaração universal dos direitos do homem " ser humano;

Parágrafo 3º : Promover em seu sede social reuniões recreativas com cunhos culturais, visando apoiar atividades e iniciativas em defesas das " minorias discriminadas", contra todos os tipos de discriminação/ preconceito / marginalização;

Parágrafo 4º : Promover relações de amizade, solidariedade entre os associados e demais sociedades ou entidades congêneres, sempre em conjunto aos movimentos sociais.

Parágrafo 5º : A fim de cumprir suas finalidades, esta associação pode organiza-se em tantas unidades de prestação de serviços quanto se fizerem





necessárias, à critério da diretoria. Outrossim, fica vedado a utilização política-partidária, ou racial da entidade;

Parágrafo 6º - Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, através de meios comunicações próprios, ou alternativos, tais como: como citomagnéticas " Rádio e de imagens TV, tudo conforme a legislação em vigor.

II. Da Assembléia Geral

Art. 2º A Assembléia Geral é o órgão de máximo de deliberação, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para avaliação dos trabalhos realizados e aprovação da programação para o próximo ano.

Art. 3º Podem convocar a Assembléia Geral :

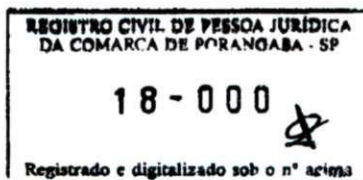
- a) a diretoria; e
- b) um terço (1/3) dos associados.

Art. 4º As deliberações da Assembléia são tomadas por maioria dos votos dos associados presentes.

Art. 5º A Assembléia Geral deve ser convocada com no mínimo 10 dias de antecedência.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

- I. eleger e destituir os membros da diretoria e do Conselho Comunitário;
- II. alterar o estatuto da Associação e extingui-la, mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.





III. Da diretoria

Art. 7º A reunião de diretoria acontece toda vez que o presidente convocar ou quando a metade da diretoria solicitar por escrito.

Art. 8º A diretoria é composta por 4 (quatro) membros, um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos.

Art. 9º Ocorrendo vacância nos cargos da diretoria, assumirá um substituto, e em seguida será convocada a Assembléia Geral, para eleição de novo titular.

Art. 10 Os membros da diretoria devem ser maiores de 21 (vinte e um) anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Art. 11 As decisões de diretoria devem ser tomadas por maioria de voto.

Art. 12 Compete ao presidente :

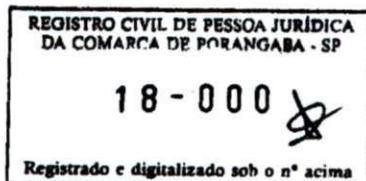
- I. representar a Associação em juízo ou em qualquer outra circunstância;
- II. admitir e demitir funcionários da Associação;
- III. assinar as atas de reuniões e rubricar os livros da entidade;
- IV. assinar cheques, junto com o tesoureiro, e movimentar contas bancárias.

Art. 13 Compete ao vice-presidente :

- I. auxiliar o presidente em suas funções;
- II. substituí-lo nos casos de vacância ou impedimento.

Art. 14 Compete ao secretário :

- I. redigir e manter atualizadas as atas da reuniões de diretoria e da Assembléia Geral;
- II. encaminhar as correspondências da Associação;





III. arquivar e preservar os documentos da Associação.

Art. 15 Compete ao tesoureiro :

- I. administrar e organizar as finanças e o patrimônio da Associação;
- II. fazer a escritura dos livros de contabilidade;
- III. apresentar semestralmente e anualmente o balancete contábil;
- IV. assinar cheques junto com o presidente.

IV. Do patrimônio e dos recursos

Art. 16 O patrimônio da Associação é constituído pela contribuição dos associados e pelos bens e valores que forem agregados, devendo ser utilizados para a finalidade da associação.

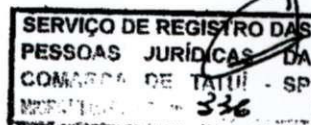
Art. 17 No caso de extinção da Associação, seu patrimônio terá o destino decidido por Assembléia Geral, devendo ser revertido para entidades semelhantes.

V. Dos associados , classificação, direitos e deveres

Art. 18 Os associados são classificados da seguinte forma :

- I. associados fundadores : são aqueles que participaram da fundação da associação;
- II. associados efetivos : são pessoas físicas ou jurídicas que após adesão ao estatuto foram admitidas pelo presidente da Associação;
- III. associados colaboradores: são pessoas físicas e jurídicas, que colaboram com a entidade no que for necessário.

Art. 19 Todos associados têm o direito de votar e ser votado, exceto, os associados colaboradores que podem ser votados, mas não podem votar;





Art. 20 Todos associados têm o direito de participar da Assembléia Geral.

Art. 21 Os associados efetivos e fundadores podem :

- I. participar das comissões para a realização de projetos;
- II. solicitar por escrito informações sobre a associação;
- III. requerer, por abaixo assinado de 1/3 (um terço) dos associados, reunião da Assembléia Geral.

Art. 22 Os associados devem manter suas contribuições em dia, para exercer os seus direitos.

Art. 23 Os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações adquiridas pela Associação.

VI . Do Conselho Comunitário

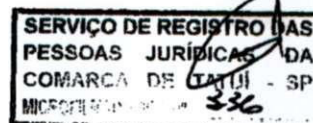
Art. 24 O Conselho Comunitário é um órgão composto por cinco representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas, tendo funções previstas na Lei Federal n ° 9.612/98.

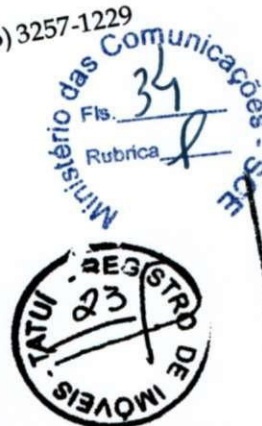
Art. 25 Os membros do Conselho Comunitário devem ser maiores de 21 anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais 10 (dez) anos, não sendo remunerados.

Art. 26 O Conselho Comunitário tem reuniões periódicas, em cada quatro meses, de preferência nos meses de janeiro, maio e setembro.

Parágrafo único: A cada reunião deve ter um presidente e um secretário, sendo feita uma ata, cuja a cópia deve ser entregue à diretoria.

Art. 27 Os Membros do Conselho Comunitário têm mandato de um ano, podendo ser reeleitos.





Parágrafo único : A eleição do Conselho Comunitário serão realizadas nas
Assembléias Extraordinárias, convocadas especialmente para este fim.

Porangaba, 09 de abril de 1999

Elias Marques
presidente

Adriana de Almeida
Adriana de Almeida
secretária

SERVIÇO NOTARIAL E REG. CIVIL
Porangaba Comarca de Tatui - Est. São Paulo
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA - Substituto
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Adriana de Almeida
Elias Marques
Porangaba, 09 de 1999
da verdade



Luis Francisco Flora
OAB 147.088 SP



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



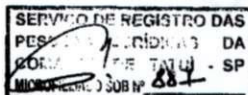
**"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA,
CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO
MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS"**

Porangaba, 04 de maio de 2.001

Ao
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TATUÍ
TATUÍ - SP

REQUERIMENTO

ELIAS MARQUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua João Machado, 21-F, Centro - Porangaba - SP na qualidade de Diretor Presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS", pela presente vêm à V.Sas solicitar o registro da ATA da Assembleia Geral Extraordinária, da entidade supra, para que surta os efeitos legais e de direito.



Atenciosamente;



Elías Marques
Presidente

SERVIÇO NOTARIAL E REG. CIVIL
Porangaba Comarca de Tatuí - Est. São Paulo

Reconheço por assinatura a(s) firma(s) de
ELIAS MARQUES

Porangaba, 04 de maio de 2001



EMERSON JOSE DE ALMEIDA
Registrador





**"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA,
CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO
MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS"**

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de 2.001 (02/05/01), às 19:00 horas, reuniram-se à Rua João Machado, 21 - Centro - CEP 18.260-000 - Porangaba - SP, membros da Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística com objetivo de alterar o estatuto da entidade. O presidente da Assembléia e Associação, Sr. Elias Marques, propôs a alteração do ARTIGO PRIMEIRO, especificamente com relação à denominação da sede que passou de provisória para definitiva, com os seguintes termos:

"ARTIGO PRIMEIRO:

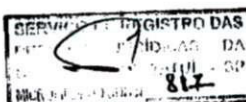
"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS", fundada no dia 24 de julho de 1.996, com sua sede à Rua João Machado, 21 - Centro - Porangaba - CEP 18.260-000 - Estado de São Paulo, com personalidade jurídica, organização não governamental, distinta de seus associados, estes em número ilimitado, sem distinção de sexo, credo religioso ou político, raça ou cor, deficiência (física, sensorial, visual, auditiva, mental ou múltiplas), sem fins lucrativos e seus diretores sem remuneração, tendo por fim promover:" e também propôs a alteração do PARÁGRAFO SEXTO, do mesmo ARTIGO PRIMEIRO que passou a ter a seguinte redação:

"PARÁGRAFO SEXTO:

Criar e incentivar a participação da comunidade na luta pelos seus direitos e deveres, pela democratização dos meios de comunicação, por meios próprios através de execuções de Serviço de Radiodifusão Sonora, de acordo com a legislação em vigor, ou seja, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n 52.795/63." Colocadas as alterações em votação, e inexistindo manifestação em contrário, deu-se aprovadas as alterações por unanimidade. Desta forma, o Presidente passou à palavra aos presentes para manifestação sobre outros assuntos, sendo que nada foi acrescentado. Presentes a reunião os seguintes sócios diretores: **Presidente:** Sr. Elias Marques, **Secretário:** Sr. Sérgio Aparecido Vaz, **Tesoureira:** Sra Tânia de Almeida Marques e pelos sócios George Chammas Júnior, Márcio José Soares de Moraes; Adriano Roberto Viegas e Edivaldo Rogério de Oliveira. O Presidente deu por encerrado os trabalhos e pediu a que eu Edivaldo Rogério de Oliveira - RG nº 12.171.82, redigisse a presente Ata, para que assinada pelo Presidente, pela Tesoureira, e por mim, produza os efeitos legais.

Elias Marques
presidente

Edivaldo Rogério de Oliveira
Secretário



Tânia de Almeida Marques
Tesoureira

Protocolo nº 817
Data de Rec. 07/05/2001
Assinado
Junta de 07/05/2001
Tatuí, 07/05/2001
S. Est. 66 Ap. 412



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações - SCS
Fis. 37
Rubrica



Porangaba Sp. 13 de Abril de 2004.

Ao Senhor Tabelião.
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Senhor Tabelião.

A Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, Sediada à Rua João Machado, 21 - Centro - Porangaba, vem por intermédio de seu representante legal, senhor Elias Marques, portador do RG 3.712.584 e do CPF 467.563.299-87, solicitar o registro da ata de Assembléia Geral Ordinária, Realizada no dia 09.04.2004, no Cartório de Registros Públicos.

Nestes termos
Peço deferimento

SERVIÇO DE REGISTRO DAS
PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE TATUI - SP
MICROFILMADO SOB Nº 1803

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-000
Registrado e digitalizado sob o nº acima

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE TATUI
R. CEL. AURELIANO DE CAMARGO, 286 - CER. 18270-000 - FONE: (0715) 251-1315 - FAX: 251-8118
TABELIÃO: LUIZ CARLOS ARONCHI

Recebido por SENCINHA A firma de
(1) ELIAS MARQUES
Tatui - SP, 25 de junho de 2004
Em testemunha
TERMINO DE FATIMA DE NEIRA DE CARVALHO
Proco. Dat. 09/25/04
Valido somente com Selo de Autenticidade
CHAMAR EMERSON DA SILVA CORRÊA COMO SEU DELEGADO





EDITAL DE CONVOCAÇÃO


ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
09 DE ABRIL DE 2004

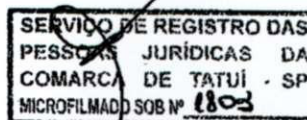
A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, fundada no dia 24 de julho de 1996, com sede à Rua João Machado, n.º 21 - Centro - Porangaba - detentora do Serviço de Radiodifusão Comunitária neste Município; através de seu Presidente ELIAS MARQUES, RG. 3.712.584 e CPF. 467.563.299, **CONVOCA** nos termos do Estatuto vigente, os Associados com direito a voto, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 09 de abril de 2004, às 17:00 horas em sua sede, para deliberarem sobre a seguinte -

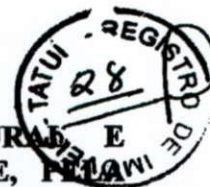
ORDEM DO DIA

1. ELEIÇÃO DA DIRETORIA - 2004/2007;
2. DEFINIÇÃO SOBRE O CONSELHO COMUNITÁRIO;
3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA ASSOCIAÇÃO.

PORANGABA, 29 DE MARÇO DE 2004.


ELIAS MARQUES
PRESIDENTE



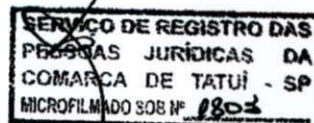


ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS.

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
PORANGABA - 09 DE ABRIL DE 2004**

LISTA DE PRESENÇA DOS MEMBROS ASSOCIADOS

NOME	DOCUMENTOS
Elias Marques	RG.3.712.584 - CPF.467.563.299
Antonio Carlos Vieira Junior	RG.11.923.083-5 - CPF. 002.982.768-01
Adriano Roberto Viegas	RG. 27.003.985-5 - CPF. 269.569.108-45
Tânia Almeida Marques	RG. 25.768.791-9 - CPF. 167.376.588-93
George Chammas Junior	RG. 29.224.396-0 - CPF. 181.866.768-13
Marcio Jose Soares de Moraes	RG. 20.027.652-9
Edivaldo Rogério de Oliveira	RG. 12.171.872 - CPF. 021.726.298-80

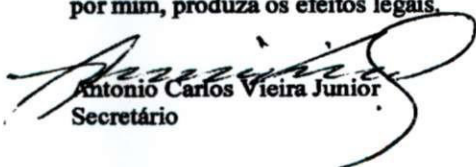




**"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL
ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA
DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA
COMUNIDADE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA
E ADJACÊNCIAS"**

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Aos nove dias do mês de abril de 2004, às 17:00 horas, na sede da Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística, situada na Rua João Machado, n.º 21 - Centro - Porangaba, reuniram-se os membros associados conforme assinaturas constantes no livro de presença, em Assembléia Geral Ordinária, devidamente convocada nos termos do Estatuto, para deliberarem sobre a seguinte pauta constante do Edital: 1) Eleição e Posse da Diretoria - 2004/2008; 2) Definição sobre a composição do Conselho Comunitário e 3) Outros Assuntos de Interesse da Associação. Iniciando os trabalhos, foi eleito por aclamação, para Presidir a Assembléia, o Sr. Elias Marques que, agradecendo a indicação, convidou para secretariar os trabalhos, o Sr. Antonio Carlos Vieira Junior que, de igual forma, agradeceu sua indicação. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu o motivo da reunião concedendo a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Após todos terem concordado com a pauta, e uma vez identificados os associados o Sr. Presidente determinou que procedesse ao processo de eleição dos membros da Diretoria com mandato de quatro anos, que vencerá no dia 09/04/2008, nos termos dos artigos 7.º e 8.º do Estatuto. Procedida a eleição, cumprindo o disposto no Estatuto, foram eleitos por unanimidade, os membros da nova diretoria: Presidente reeleito Elias Marques, RG.3.712.584 e CPF. 467.563.299, já qualificado; para Vice-Presidente também reeleito Antonio Carlos Vieira Junior, RG. 11.923.083-5 e CPF. 002.982.768-01, já qualificado; para Secretário Adriano Roberto Viega, RG. 27.003.985-5 e CPF. 269.569.108-45, já qualificado e para Tesoureira Tânia de Almeida Marques, RG. 25.768.791-9 e CPF. 167.376.588-93, já qualificada. Investidos de suas funções, com atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, o Sr. Presidente determinou que os diretores tomassem posse, o que ocorreu de imediato e depois de assinada a presente ata e o livro da Associação, foi declarada empossada a nova diretoria. Dando continuidade aos trabalhos o Sr. Presidente propôs a discussão do item dois da pauta, sendo procedida a discussão foi aprovado unanimemente que a eleição do Conselho Comunitário aconteceria em uma Assembléia Extraordinária, de acordo com o Estatuto. Desta forma, o Sr. Presidente passou para o terceiro e último item, dando a palavra aos presentes para manifestação sobre outros assuntos, sendo que nada foi acrescentado, e como ninguém quis fazer uso da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos e pediu-me, que lavrasse a presente ata, para que assinada pelo Sr. Presidente e por mim, produza os efeitos legais.


Antonio Carlos Vieira Junior
Secretário


Elias Marques
Presidente

TATUI - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
LUIZ ANTONIO ROMANOLI-Oficial
Rua Coronel Aureliano de Camargo, 566-(15) 251-5465
PROTOCOLO: 12813 Recibo/Cert.
AV.1.803/L9A-4/REG.416 28/06/2004
C: 39,84 Esc: 24,89 Est: 7,08 CP: 5,25 RC/TJ: 2,60
39,84





COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DE NORMA



A Diretoria da Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística composta por:

Presidente: Elias Marques, RG 3.712.584 e CPF 467.563.299, comerciante, residente e domiciliado, à Rua João Machado, 21 – Porangaba.

Vice-Presidente: Antônio Carlos Vieira Junior, RG. 11.923.083-5 e CPF. 002.982.768-01, funcionário público, domiciliado a R. Cel. Joaquim Miranda da Silva, 345, Porangaba.

Secretário: Adriano Roberto Viegas, RG. 27.003.985-5 e CPF. 269.569.108-45, funcionário público, residente e domiciliado à R. João Machado, nº 37 – Porangaba.

Tesoureira: Tânia Almeida Marques, RF. 25.768.791-9 e CPF. 167.376.588-93, comerciante, residente e domiciliada, à R. João Machado, 21 – Porangaba.

Vem declarar, para todos os fins de direito, que está de pleno acordo com as normas estabelecidas na Lei federal n.º 9.612/98 e norma complementar 02/98.

Declaramos também que nos comprometemos a cumprir todos os requisitos técnicos e os princípios enfatizados pelos estatutos legais acima mencionados.

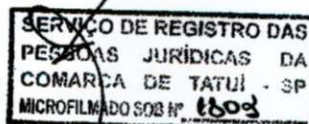
Porangaba, 09 de abril de 2004.

Presidente: Elias Marques

Vice-Presidente: Antônio Carlos Vieira Junior

Secretário: Adriano Roberto Viegas

Tesoureira: Tânia Almeida Marques



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



CERTIFICO e dou fé, que as presentes cópias numeradas de 01 a 30, são fiéis do **ESTATUTO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CULTURAL E ARTÍSTICA CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE "PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADIACÊNCIAS**, feito em 24 de julho de 1996, registrado sob nº 416 e microfilmado sob nº 10965, em 07 de agosto de 1996 e suas alterações arquivadas em Cartório. **CERTIFICO FINALMENTE** que esta associação passou a integrar a Comarca de Porangaba, desde 27.11.2009, data em que foi instalado o respectivo Cartório de Registro de Imóveis, Títulos, Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas. Nada mais. O referido é verdade e dou fé. Taubaté, aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e dez. Eu, Liliane Hessel Moraes Escrevente Autorizada, digitei e subscrevi.

A Escrevente Autorizada, Liliane Hessel Moraes conferi.

Liliane Hessel Moraes
Escrevente - Autorizada

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA-SP			
Protocolo nº: PJ 00048.	Oficial.....	R\$	134,08
	Estado.....	R\$	38,10
	IPESP.....	R\$	28,30
Registrado sob nº 18-000.	Reg. Civil.....	R\$	7,14
	TJ.....	R\$	7,14
Porangaba, 24/05/2010.	Condução/Outros..	R\$	0,00
<u>Maurício Costa Lopes Jardim</u>	TOTAL.....	R\$	214,76
MAURICIO COSTA LOPES JARDIM -SUBSTITUTO			

OFICIAL DE REGISTRO DE PORANGABA
Imóveis - Títulos e Documentos
Pessoa Jurídica - Pessoas Naturais
Maurício Costa Lopes Jardim
Escrevente

RECEBUEMOS DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA-SP

000 - 01

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1029



Lista de Presença da Assembleia Geral da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" - 09/04/2008

Nome Elias Marques
RG 3.712.584-9
Assinatura [assinatura]

Nome Antonio Carlos Vieira Junior
RG 11.989.835
Assinatura [assinatura]

Nome Amia de Almeida Marques
RG 25.768.781-5 SP/SP
Assinatura [assinatura]

Nome Adriano Roberto Viço
RG 24.023.985-0
Assinatura [assinatura]

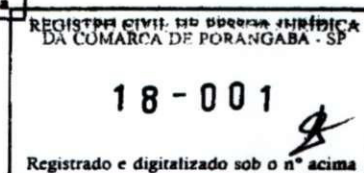
Nome Patricia Vieira Prado
RG 20.693.665-5
Assinatura Patricia Vieira Prado

Nome Luiza de Jesus Leite Leites
RG 13.812-640
Assinatura Luiza de Jesus Leite Leites

Nome Paula Giza Medeiros
RG 11668242
Assinatura [assinatura]

Nome Gerson Fabiano Miranda
RG 33.661.305-7
Assinatura [assinatura]


Nome _____
RG _____
Assinatura _____






Ata de Assembleia Geral

Aos 09 de abril de 2008, à R. JOÃO MACHADO, 21 - CEP 18.260-000- CENTRO - PORANGABA - SP, reuniram-se os membros da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" para Assembleia Geral, convocada em primeira convocação às 19:00 h e em segunda convocação às 19:30 h, exclusivamente para discutir e deliberar, de acordo com edital de convocação, sobre os seguintes pontos de pauta: 1. Alteração dos estatutos sociais. 2. Eleição da Diretoria. 3. Definição do Conselho Comunitário. Aberto os trabalhos, em segunda convocação, às 19:30 h, o presidente da entidade senhor Elias Marques convocou a mim Tânia de Almeida Marques para secretariá-lo. O presidente então informou que a reforma de estatuto era necessária para fins de adequação dos estatutos da entidade. O presidente declarou que tinha em suas mãos um projeto de estatuto, determinando que eu fizesse a leitura, o que ocorreu de imediato. Após a leitura, o presidente submeteu o projeto de estatuto à discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral, sem nenhuma emenda, mantendo o teor segundo do conjunto de folhas em anexo nas quais constam transcritas integralmente o referido estatuto social. O presidente então passou para o segundo ponto de pauta e solicitou que iniciasse o processo de eleição da diretoria de acordo com os artigos 23 do estatuto aprovado. No final do processo de eleição constatou-se que foram eleitos, com mandato de 5 anos, com início em 09/04/2008 e término em 09/04/2013, para compor a Diretoria, os seguintes diretores: para presidente, o Senhor Paulo César Machado, brasileiro, casado, radialista, portador do RG 18.668.245 e do CPF 116.202.038-55, residente à Estrada dos Nunes - Bairro dos Nunes - CEP 18.260-000- Porangaba SP.; para diretora administrativa: Ana de Jesus Leite Alves, brasileira, viúva, comerciante, portadora do RG 13.812.640e do CPF 156.725.408-05, residente à Rua Luiz Biagione nº 66 Vila Gutierrez - CEP 18.260-000 - Porangaba - SP- e para diretor de operações: Gerson Josemar Miranda, brasileiro, solteiro, mecânico, portador do RG: 33.661.305-2 e do CPF 324.003.368-60, residente à Rua Murilo Alves Serafim nº 352 - Vila São Luiz - CEP 18.260-000 Porangaba - SP. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente passou ao terceiro ponto de pauta, ficando aprovado que a eleição do Conselho Comunitário aconteceria em uma Assembleia Extraordinária posterior, de acordo com o Estatuto. O presidente determinou que os diretores tomassem posse, o que ocorreu de imediato. O presidente solicitou também que procedesse a escrituração da lista de presença dos associados, a qual segue anexa. E depois de assinada a presente ata e o livro da Associação, como ninguém quis fazer uso da palavra, o presidente deu por encerrados os trabalhos e pediu-me, que lavrasse a presente ata para que assinada pelo presidente e por mim, produzam os efeitos legais.


Secretaria


Presidente

Serviço Notarial
Porangaba Co...
Reconhecido por se tratar de...
Valor Recebido: Por firma RS
02 JUN 2010
Tabela de Notas e Protesto

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
(Anexo Registro Civil) Comarca de Porangaba/SP
Eliana Leite Pinto
Escritor Autorizado

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
Registrado e digitalizado sob o nº acima

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-001
Registrado e digitalizado sob o nº acima



TERMO DE POSSE

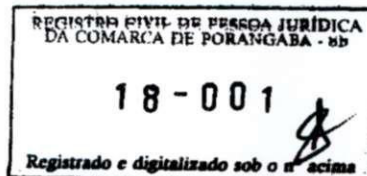
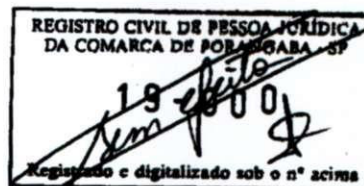
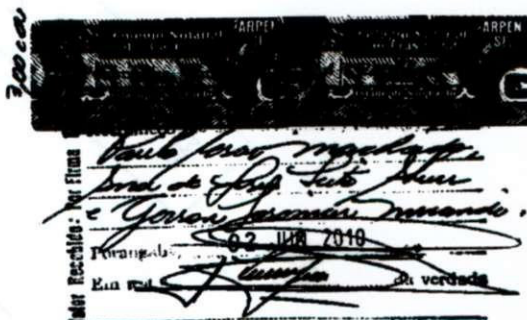
Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil oito, após aprovação por unanimidade em Assembléia Geral e determinação da Presidência, conforme Registro lavrado em Ata que faz parte integrante deste termo, assumimos a Diretoria da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES**, para o exercício dos cargos de Presidente, Diretora Administrativa e Diretor de Operações, com mandato de cinco anos com início em 09/04/2008 e término em 09/04/2013. Nos termos do Estatuto que rege a Associação e por ser a expressão da verdade firmamos o presente para que produza os seus efeitos legais.

Paulo Cesar Machado
PAULO CESAR MACHADO
PRESIDENTE
RG - 18.668.245 - SSP/SP.

Ana de Jesus Leite Alves
ANA DE JESUS LEITE ALVES
DIRETORA ADMINISTRATIVA
RG - 13.812.640 - SSP/SP.

Gerson Josemar Miranda
GERSON JOSEMAR MIRANDA
DIRETOR DE OPERAÇÕES
RG - 33.661.305 - SSP/SP.

Gerson Josemar Miranda



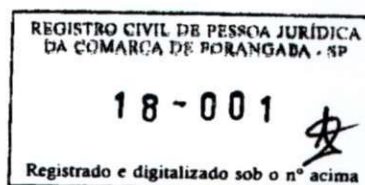


Edital de convocação

O senhor Elias Marques presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", vem convocar os associados da entidade a participarem da Assembleia Geral que será realizada no dia 09/04/2008, à R. JOÃO MACHADO, 21 - CEP 18.260-000-CENTRO - PORANGABA - SP, às 19:00 horas, em primeira convocação, com a metade mais um do número de associados e, às 19:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de associados. A Assembleia Geral terá o seguinte ponto de pauta: 1. Alteração dos estatutos sociais. 2. Eleição da Diretoria. 3 Definição do Conselho Comunitário

Porangaba, 29 de março de 2008.


Presidente



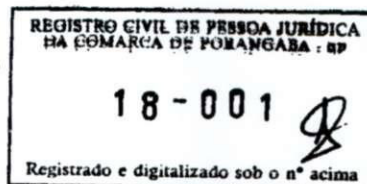


ESTATUTO SOCIAL

Artigo 1º. A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", sediada à Rua João Machado, 21, Centro, CEP: 18260-000, município e Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e por tempo indeterminado.

Artigo 2º. A Associação tem por finalidade e objetivo:

- I – programação voltada à cultura, educação e arte;
- II – estimular o lazer e o convívio social da comunidade atendida;
- III – executar serviço de radiodifusão comunitária de acordo com as normas vigentes;
- IV – promover a regionalização cultural, artística e jornalística;
- V – arrecadar fundos para que a associação realize os seus objetivos;
- VI – promover a assistência social;
- VII – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- VIII – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- IX – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- X – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente.



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



XI - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

XII - preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas, visando ao desenvolvimento geral da comunidade;

XIII - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;



XIV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

XV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º. O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá aos preceitos da Lei nº 9.612/1998 e demais disposições legais que regulamentem a matéria.

§ 2º. É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

§ 3º. Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 4º. Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

II - DOS ASSOCIADOS

Artigo 3º. Para garantir ampla e efetiva consecução de seus objetivos, a associação terá número ilimitado de associados que preencham os requisitos deste Estatuto, e que pertencerão a uma das



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



seguintes categorias:

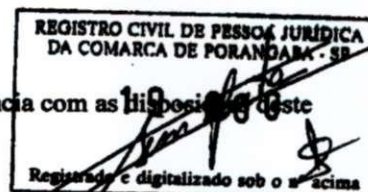


I – Associados fundadores: são os que foram admitidos como associados efetivos à data da Assembléia de fundação, cujo o comparecimento deverá ser formalizado com identificação dos mesmos no Livro de Presença de Associados e no da Ata da mesma Assembléia;

II – Associados efetivos: são pessoas físicas ou jurídicas que aceitaram os mesmos objetivos e as normas do Estatuto da Associação;

III – Associados colaboradores: são pessoas identificadas, físicas ou jurídicas, com os objetivos da associação e que desenvolvam um trabalho de colaboração junto a mesma, devendo para ser admitidos, aceitarem as normas do Estatuto.

Artigo 4º. A admissão do associado ocorrerá mediante a sua concordância com as disposições deste Estatuto.



Artigo 5º. A demissão só ocorrerá quando o associado demonstrar sua vontade de não ser mais associado da entidade, comunicando sua decisão à diretoria da entidade.

Artigo 6º. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Artigo 7º. O associado que for excluído terá direito à ampla defesa e ao contraditório.

Artigo 8º. Fica assegurado o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade onde a entidade prestará os seus serviços, inclusive o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Artigo 9º. Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.



Artigo 10. Fica também assegurado o ingresso, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

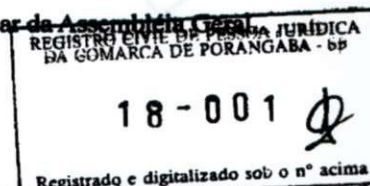
Artigo 11. São direitos de todos os associados:

- I – votar e ser votado para a composição dos órgãos dirigentes da associação;
- II – solicitar à Diretoria, por escrito, informações e esclarecimentos sobre quaisquer assuntos referentes à administração social;
- III – participar à diretoria das comissões de trabalho, estudo e pesquisa que vierem a ser criadas;
- IV – requerer a convocação da assembléia extraordinária mediante a apresentação de requerimento, assinado por no mínimo 1/5 dos associados;
- V – representar a associação nos casos específicos, determinado pela Diretoria;
- VI – recorrer à Assembléia Geral em casos de punição imposta pela Diretoria;
- VII – oferecer sugestões à Diretoria no interesse da consecução os objetivos sociais.

Artigo 12. Todos os associados têm o direito de participar da Assembléia Geral.

Artigo 13. São deveres de todos os associados:

- I – dirigir, bem como cooperar com os demais membros da diretoria na consecução das finalidades da associação;
- II – desempenhar com responsabilidade dos cargos e encargos especiais que lhe forem confiados;





III – cumprir e fazer cumprir os estatutos;

IV – acatar todas as deliberações emendas dos órgãos ou instâncias competentes da entidade acima

Artigo 14. Os associados devem pagar pontualmente as contribuições associativas.

Artigo 15. Os associados e dirigentes não respondem subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.



IV – DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Artigo 16. O patrimônio e as fontes de recurso para a manutenção da Associação, serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancárias e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

§ 1º. Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio, auferido mediante o exercício das atividades da associação, não será distribuído entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores desta entidade, devendo ser utilizados para a finalidade da associação.

§ 2º. A receita da entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º. Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

V – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 17. A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao anos, para avaliação dos trabalhos realizados e aprovação da programação para o próximo ano.

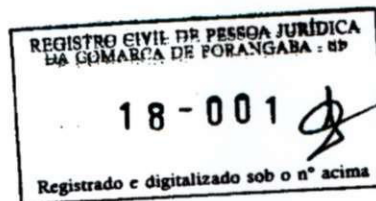
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



Artigo 18. Podem convocar a Assembléia Geral:

- a) a diretoria;
- b) no mínimo 1/5 dos associados.



Artigo 19. As deliberações da Assembléia são tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

Artigo 20. A Assembléia Geral deve ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, através de edital que ficará fixado nas dependências da entidade, bem como, carta via correio, ou qualquer outro meio de comunicação que assegure ao associado o conhecimento do teor do edital.

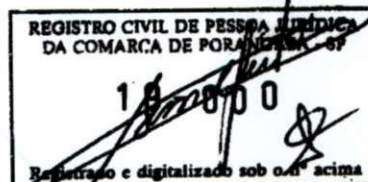
Artigo 21. Compete privativamente à Assembléia Geral:

I – destituir os administradores, nos termos das disposições do Código Civil;

II – alterar os estatutos da Associação;

III – aprovar anualmente as contas;

IV – eleger os administradores;



V – extinguir a entidade quando não houver mais interesse que inviabilize a continuidade de suas finalidades, mediante a aprovação de dois terços dos associados presentes ou depois de uma hora com qualquer número.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido pelo presente estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

§ 2º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo será exigido o quórum mínimo de maioria simples dos associados presente na Assembléia Gera.

§ 3º. A Assembléia Geral de eleição dos administradores será convocada especialmente para esse fim, sendo exigido para deliberação da Assembléia o quórum mínimo de maioria dos votos dos



associados presentes.

VI - DA DIRETORIA



Artigo 22. A reunião de diretoria acontece toda vez que o presidente convocar ou quando a metade a diretoria solicitar por escrito.

Artigo 23. A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 24. Os membros da diretoria deverão manter residência ou domicílio na área da comunidade a ser atendida pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária.

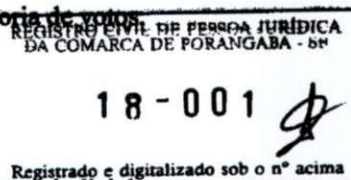
Artigo 25. Ocorrendo vacância nos cargos da diretoria será convocada a Assembléia Geral, para eleição do novo titular.

Artigo 26. Os membros da diretoria devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Artigo 27. Qualquer associado poderá requerer, por escrito, informações à diretoria em relação à administração da entidade.

Artigo 28. É vedado participar da diretoria membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou foro especial ou membros que tenham cargos de direção em serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Artigo 29. As decisões de diretoria devem ser tomadas por maioria de votos.



Artigo 30. Compete ao Presidente:

I – representar a Associação ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

II – admitir ou demitir funcionários da Associação;

III – assinar as atas de reuniões e rubricar os livros da entidade;

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



IV – assinar cheques, junto com o diretor administrativo, e movimentar contas bancárias.

Artigo 31. Compete ao Diretor Administrativo:

I – redigir e manter atualizadas as atas das reuniões de diretoria e da Assembléia Geral;

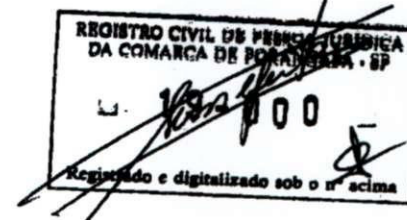
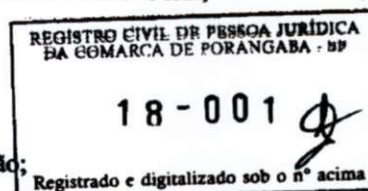
II – encaminhar as correspondências da Associação;

III – administrar e organizar as finanças e o patrimônio da Associação;

IV – fazer a escritura dos livros de contabilidade;

V – apresentar semestralmente e anualmente o balancete contábil;

VI – assinar cheques junto com o presidente.



Artigo 32. Compete ao Diretor de Operações:

I – implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;

II – gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão comunitária;

III – promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

VII – DO CONSELHO COMUNITÁRIO.

Artigo 33. O Conselho Comunitário é um órgão composto por cinco representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas.

Artigo 34. Os membros do Conselho Comunitário devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, não sendo remunerados.



Artigo 35. Os Membros do Conselho Comunitário têm mandado de cinco anos, sendo eleitos em Assembléias Gerais Extraordinárias convocadas especialmente para este fim e tendo direito a reeleição.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 36. A alteração das disposições estatutárias, acontecerão sempre que decidido pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto neste estatuto, bem como na legislação pertinente.

Artigo 37. O exercício fiscal da entidade será o mesmo do calendário civil.

Artigo 38. A dissolução da associação ocorrerá segundo a decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congêneres, definida na Assembléia.

Porangaba, 09 de abril de 2008.

Presidente

Secretária

ALAN DA SILVA OLIVEIRA

OAB/SP 293.764



Reconhecido por semelhança a: final
Blas Maciel, Janice
de Oliveira, e
Alan da Silva Oliveira
29-04-2010
Porangaba, SP
Em pres. de
Escritura

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
(Ponto Registro Civil) Comarca de Porangaba/SP
Escritura Leite Pinto
Escritura Autorizada



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA-SP		
Protocolo nº: PJ 00049.	Oficial.....	R\$ 80,19
Registrado sob nº 19-000.	Estado.....	R\$ 22,80
Porangaba, 18/06/2010.	IPESP.....	R\$ 16,91
<i>Maurício Costa Lopes Jardim</i>	Reg. Civil.....	R\$ 4,25
MAURICIO COSTA LOPES JARDIM - SUBSTITUTO	TJ.....	R\$ 4,25
	Condução/Outros..	R\$ 0,00
	TOTAL.....	R\$ 128,40

OFICIAL DE REGISTRO DE PORANGABA
Imóveis - Títulos e Documentos
Pessoa Jurídica - Pessoas Naturais
Maurício Costa Lopes Jardim
Escrevente

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



**ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DE
PORANGABA**

PAULO CESAR MACHADO, brasileiro, radialista, portador do RG nº 18.668.245-SSP/SP, e do CPF nº 116.202.038-55, representante legal da pessoa jurídica denominada: " **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE " PORANGABA " DO MUNICIPIO DE PORANGABA E ADJACENTES** ", com sede sediada à Rua João Machado, nº 21, Centro, Porangaba-SP, CEP 18260-000, vem requerer, nos termos do art.121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

Nos termos pede deferimento.

PORANGABA-SP, 17 de novembro de 2011



Paulo Cesar Machado
Presidente



CO NOTARIAL E REG. CIVIL
da Comarca de Tatuí - Est. São Paulo
IRACI LEITE PINTO

Recebi: por (assinatura) de
Paulo Cesar Machado

Porangaba, 17 de NOV de 2011
TABELIAO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba-SP
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-002
Registrado e digitalizado sob o nº acima

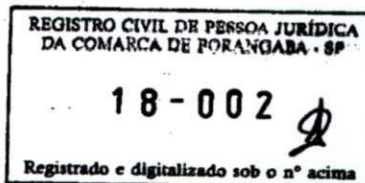


ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL

Aos dezessete dias de novembro de dois mil e onze, à Rua João Machado nº 21, Centro, na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo, CEP 18260-000, reuniram-se os membros da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", para Assembléia Geral, convocada em primeira convocação às 19:00 horas e em segunda convocação às 19:30 horas, exclusivamente para discutir e deliberar, de acordo com edital de convocação sobre os seguintes pontos de pauta: 1. Eleição e Posse dos novos Diretores Administrativo e de Operações, em razão das renúncias dos atuais diretores, 2. Definição do Conselho Comunitário. Abertos os trabalhos, em segunda convocação, às 19:30 horas, o presidente da entidade o senhor PAULO CESAR MACHADO, que convidou a mim VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES, brasileira, casada, matemática, portadora do RG nº 6.003.067 SSP/SP, e do CPF nº 404.645.208-00, residente no Bairro das Partes, PER/77, na cidade de Porangaba-SP, para secretariá-lo. O presidente solicitou que iniciasse o processo de eleição para os cargos de Diretor Administrativo e de Operações. No final do processo de eleição constatou-se que foram eleitos, com mandato até 09/04/2013, conforme última ata registrada, para compor o cargo de Diretor Administrativo o Sr. MARCELO JOSE DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, portador do RG nº 3.657.451-X SSP/SP, e do CPF nº 037.698.798-72, residente no Bairro das Partes PERI/79, na cidade de Porangaba-SP, CEP 18260-000, e para Diretora de Operações a Sra. DIRCE TOGNOLLO, brasileira, solteira, maior, contadora, portadora do RG nº 5.412.353 SSP/SP, e do CPF nº 532.354.288-87, residente no Bairro das Partes PERI/79, na cidade de Porangaba-SP, CEP 18260-000. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente passou ao segundo ponto da pauta, ficando aprovado que a eleição do Conselho Comunitário aconteceria em uma Assembléia Extraordinária posterior, de acordo com o Estatuto. O presidente determinou que os diretores tomassem posse, o que ocorreu de imediato. O presidente solicitou também que procedesse a escrituração da lista de presença dos associados, a qual segue anexa. E depois de assinada à presente ata e o livro da Associação, como ninguém quis fazer uso da palavra, o presidente deu por encerrados os trabalhos e pediu-me, que lavrasse a presente ata para que assinada pelo presidente e por mim, produzam os efeitos legais.


VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES
Secretaria


PAULO CESAR MACHADO
Presidente



Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Ministério das Comunicações
 Fis. 59
 Rubrica

LAKE DE ARSEMELLE GENERAL

22 Reconheço (ou reconheço a(s) firma(s)) de
Virginia Soguel
marques e
marques
 Forçados
 Em etc. de
Paulo
 TABELA DE NOTAS E VALORES
 Cálculo de Forçados



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Senhor PAULO CESAR MACHADO, Presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" vem convocar os associados da entidade a participarem da Assembleia Geral que será realizada no dia 09/11/2011, à Rua João Machado, nº 21, Centro, Porangaba, Estado de São Paulo, CEP 18.260.000, às 19:00 horas, em primeira convocação, e as 19:30 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados. A Assembleia Geral terá os seguintes pontos de pauta:- 1 - Eleição e Posse dos novos Diretores Administrativo e de Operações, em razão das renúncias dos atuais Diretores Ana de Jesus Leite Alves e Gerson Josemar Miranda, respectivamente. 2 - Definição do Conselho Comunitário.

PORANGABA - 09 DE SETEMBRO DE 2011.

Paulo Cesar Machado

Paulo Cesar Machado

Presidente

4100
IRACI LEITE PINTO
TABELAÇÃO
Reconheço a autenticidade da assinatura de
Paulo Cesar Machado
Porangaba, 10 JAN 2012 de
Eu test., da verdade

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-002
Registrado e digitalizado sob o nº acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



TERMO DE RENÚNCIA

GERSON JOSEMAR DE MIRANDA, brasileiro, casado, mecânico, portador do RG/SP/SSP número 33.661.305-2, inscrito no CPF/MF sob o número 324.003.368-80, vem por meio desta, apresentar RENÚNCIA da condição de Diretor de Operações da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", em caráter expresso e irrevogável.

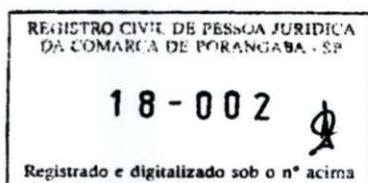
Porangaba, 10 de novembro de 2011.

Gerson Josemar de Miranda
Gerson Josemar de Miranda



NOTARIAL E REG. CIVIL
Comarca de Taubaté - Est. São Paulo
IRACI LEITE PINTO

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de
Gerson Josemar de Miranda
Porangaba, 18 de JAN 2012 de
Ela test. o da Veridade
TABELIA DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado





TERMO DE RENÚNCIA

ANA DE JESUS LEITE ALVES, brasileira, viuva, comerciante, portadora do RG/SP/SSP número 13.812.640, inscrita no CPF/MF sob o número 156.725.408, vem por meio desta, apresentar RENÚNCIA da condição de Diretora Administrativa da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", em caráter expresso e irrevogável.

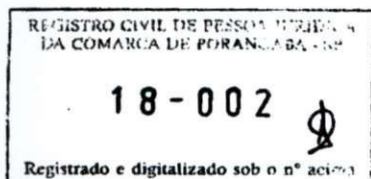
Porangaba, 08 de novembro de 2011.

Ana de Jesus Leite Alves
Ana de Jesus Leite Alves



NOTARIAL E REG. CIVIL
Comarca de Tatui - Est. São Paulo
IRACI LEITE PINTO

Reconheço por Autêntica a(s) firma(s) de
Ana de Jesus Leite Alves
Porangaba, 18 de JAN 2012 de
Est. SP da Comarca de Porangaba/SP
TABELA DE NOTAS E PROTESTO
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



LISTA de Presença da Assembléia Geral da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICIPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" - 09/11/2011.

PAULO CESAR MACHADO

RG nº 18.668.245-SSP/SP

ASSINATURA

MARCELO JOSE DE CAMPOS

RG nº 3.657.451-X-SSP/SP

ASSINATURA

DIRCE TOGNOLLO

RG nº 5.412.353-SSP/SP

ASSINATURA

VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES

RG nº 6.003.067-SSP/SP

ASSINATURA

MARIA DE LOURDES TOGNOLLO

RG nº 7.614.771-SSP/SP

ASSINATURA

BENEDITO MACHADO NETO

RG nº 4.461.178-X-SSP/SP

ASSINATURA

FELIPE TOGNOLLO GUIMARAES

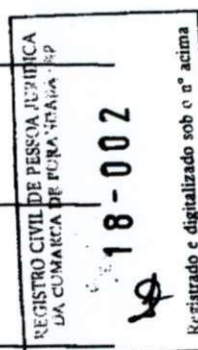
RG nº 41.578.138-SSP/SP

ASSINATURA

PATRICIA VIEIRA PRADO MACHADO

RG nº 20.693.665-5-SSP/SP

ASSINATURA



TABELÃO DE NOTAS E

Comarca de
Ezequiel Lette Pin
Escritor Autoriz



Serviço Notarial e Reg. Civil
Porangaba Comarca de T. de São Paulo

Contingido por sem...
10 NOV 2011

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Oficial de Reg. Civil das Pes. Naturais e Tabelaço de Notas
Rua Guadalupe, nº 378 - Centro - Cairas - SP
Armando Luiz de Oliveira - Oficial e Tabelaço
Reconheço por semelhança 02 finanças em Valor econômico
retro de VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARÃES e FILIPE TOGNOLLO
GUIMARÃES e dou fé.
Cairas-SP, 22 de novembro de 2011
Em testemunho da verdade
DENIS RIBEIRO BUREN - Escrevente

Valor 7,00 Cart. 0175 Guiaçá

Valeio presente com o Selo de Autenticidade



Porangaba Comarca :

350

2 Reconheço por ser o(a) signatário(a) João de Deus Signatário

Vendor Receipts: Por Firma

Porangaba

Empirical

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porengaba/SP

Elisama Leite Pinto
Escrevente Autorizado

SERVIÇO NOTARIAL E REG. CIVIL

Ingaba Comarca de Tatuf - Est. São Paulo

353

IRACI LEITE PINTO

TABELLO

Paula Marie Andrews

Faint blue machine:

Per. Benedto Machado Neto

Patricia Vieira Prado Machado

Poranika ba. 17 NOV 2011

27

TABELAS DE NOTAS E PROJETOS

Comarca de Porangaba/SF

Israel Lette Pinto

Tabletão Designado

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



TERMO DE POSSE

Aos dezessete dias de novembro de dois mil e onze, após aprovação em Assembléia Geral e determinação da Presidência, conforme Registro Lavrado em Ata que faz parte integrante deste termo, assumimos os cargos de Diretor Administrativo e Diretora de Operações da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", com mandato até 09/04/2013, conforme última ata registrada. Nos termos do Estatuto que rege a Associação e por ser a expressão da verdade firmamos o presente para que produza os efeitos legais.

Marcelo José de Campos
MARCELO JOSE DE CAMPOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO
RG nº 5.657.451-X SSP/SP

Dirce Tognollo
DIRCE TOGNOLLO
DIRETORA DE OPERAÇÕES
RG nº 5.412.353 SSP/SP



RIAL E REG. CIVIL
de Tatuí - Est. São Paulo

100 IRACI LEITE PINTO

Reconheço a(s) assinatura(s) de

Marcelo José de Campos
e Dirce Tognollo

Porangaba, 06 FEV 2012 de
Em test.º da cidade

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO

Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP

18-002

Registrado e digitalizado sob o nº acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



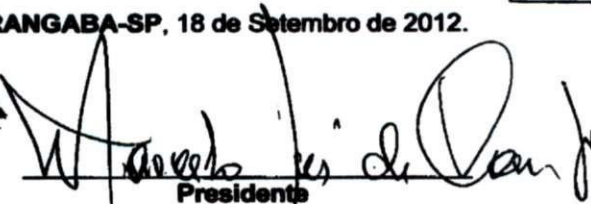
**ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA DE
PORANGABA**

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS, brasileiro, engenheiro, portador do RG nº 3.657.451-X-SSP/SP, e do CPF nº 037.698.798-72, representante legal da pessoa jurídica denominada: **"ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES"**, com sede à Rua Vereador Braz Gica da Paz, nº 112, Centro, Porangaba-SP, CEP 18260-000, vem requerer, nos termos do art.121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

Nos termos pede deferimento.



PORANGABA-SP, 18 de Setembro de 2012.



Presidente



NOTARIAL E REG. CIVIL
Comarca de Tatuf Est. São Paulo

IRACI LEITE PINTO

40622 Reconheço por assinatura (s) a(s) firma(s) de
Marcelo José de Campos
Porangaba, 06 de NOV 2012
Em test. o Iraci Leite Pinto da verdade

TABELIA DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP



EDITAL DE CONVOCAÇÃO



O senhor **PAULO CESAR MACHADO**, presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICIPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", vem convocar os associados da entidade a participarem da Assembléia Geral que será realizada no dia 17/09/2012, à Rua Vereador Braz Gica da Paz, nº 112, Centro, na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo, CEP 18260-000, às 19:00 horas, em primeira convocação, com a metade mais um do número de associados e, às 19:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de associados. A Assembléia Geral terá o seguinte ponto de pauta:- 1. Eleição da Diretoria. 2. Alteração de endereço da sede. 3. Definição do Conselho Comunitário.

PORANGABA-SP, 05 de Setembro de 2012.



Presidente



OFÍCIO NOTARIAL E REG. CIV.

Comarca de Tatuf Est. São Paulo

IRACI LEITE PINTO

por semelhança a(s) firma(s) de

Paulo Cesar Machado

Porangaba, 05 de Setembro de 2012

Em test. de

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO

Comarca de Porangaba-SP

Iraci Leite Pinto

Tabelião Designado

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

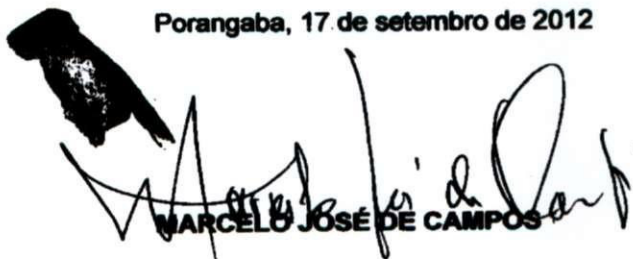


TERMO DE RENÚNCIA



MARCELO JOSÉ DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, portador do RG nº 3.657.451-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 037.698.798-72, vem por meio desta, apresentar **RENÚNCIA** da condição de Diretor Administrador da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", em caráter expresso e irrevogável, por motivos profissionais.

Porangaba, 17 de setembro de 2012


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS

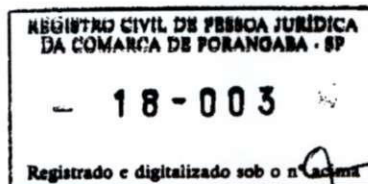


OFÍCIO NOTARIAL E REG. CIVIL
Porangaba Comarca de Tatuf Est. São Paulo
IRACI LETTE PINTO
Reconheço por assinatura a(s) firma(s) de
Marcelo José de Campos
Porangaba, 18 de NOV 2012
Por test. o 5
TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba-SP
Iraci Lette Pinto
Tabelião Designado



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



TERMO DE RENÚNCIA

DIRCE TOGNOLLO, brasileira, solteira, maior, contadora, portadora do RG nº 5.412.353-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 532.354.288-87, vem por meio desta, apresentar RENÚNCIA da condição de Diretora de Operações da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", em caráter expresso e irrevogável, por motivos profissionais.

Porangaba, 17 de setembro de 2012



Dirce Tognollo
DIRCE TOGNOLLO



CO NOTARIAL E REG. CIVIL

Comarca de Tatuf Est. São Paulo

IRACI LEITE PINTO

Reconheço por ser de minha autoria a(s) firma(s) de

Dirce Tognollo

Por

Recebi

Porangaba

Em test.º

06 NOV 2012

de

da verdade

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

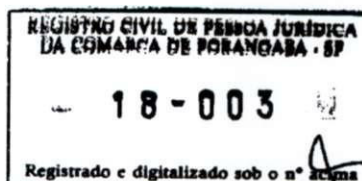
REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



TERMO DE RENÚNCIA



PAULO CESAR MACHADO, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 18.668.245-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 116.202.038-55, vem por meio desta, apresentar **RENÚNCIA** da condição de Diretor Presidente da "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", em caráter expresse e irrevogável, por motivos profissionais.

Porangaba, 17 de setembro de 2012



PAULO CESAR MACHADO



NOTARIAL E REG. CIVIL
Comarca de Tatuf Est. São Paul.

IRACI LEITE PINTO

Reconheço por escritura a(s) firma(s) de
Paulo Cesar Machado

Porangaba, 17 de SET 2012

Em test., [assinatura] da verdade

TABELIA DE NOTAS E PROTESTO
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

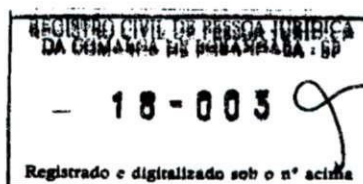
REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEX
DA COMARCA DE PORANGABA



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Aos dezessete dias de setembro de dois mil e doze, à Rua João Machado, nº 21, Centro, na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo, CEP 18260-000, reuniram-se os membros da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", para Assembleia Geral, convocada em primeira convocação às 19:00 horas e em segunda convocação às 19:30 horas, exclusivamente para discutir e deliberar, de acordo com edital de convocação sobre os seguintes pontos de pauta: 1. Eleição da nova Diretoria, 2. Alteração de endereço da sede. 3. Definição do Conselho Comunitário. Aberto os trabalhos, em segunda convocação, às 19h30min, o presidente da entidade o senhor PAULO CESAR MACHADO, brasileiro, casado, radialista, portador do RG nº 18.668.245-SSP/SP, e do CPF sob nº 116.202.038-55, residente à Estrada dos Nunes, Bairro dos Nunes, na cidade de Porangaba-SP, CEP 18260-000, que convidou a mim VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES, brasileira, casada, matemática, portadora do RG nº 6.003.067-SSP/SP, e do CPF nº 404.645.208-00, residente no Bairro das Partes, PER/77, na cidade de Porangaba-SP, para secretariá-lo. O presidente solicitou que iniciasse o processo de eleição da diretoria de acordo com os artigos 23 do estatuto aprovado. No final do processo de eleição constatou-se que foi eleito, com mandato de 5 anos, com início em 17/09/2012 e término em 17/09/2017, para compor a Diretoria os seguintes diretores: para Presidente, o Senhor MARCELO JOSE DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, portador do RG nº 3.657.451-X-SSP/SP, e do CPF sob nº 037.698.798-72, residente no Bairro das Partes PERI/79, na cidade de Porangaba-SP, CEP 18260-000, para Diretora administrativa DIRCE TOGNOLLO, brasileira, solteira, maior, contadora, portadora do RG nº 5.412.353-SSP/SP, e do CPF sob nº 532.354.288-87, residente no Bairro das Partes PERI/79, na cidade de Porangaba-SP, CEP 18260-000, Diretora de Operações a Sra. VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES, acima qualificada. Ressalta-se também a mudança de endereço da Rua João Machado, nº 21, Frente, Centro, na cidade de Porangaba, Estado de São Paulo, CEP 18260-000, para Rua Vereador Braz Gica da Paz, nº 112, Centro, Porangaba, Estado de São Paulo, CEP 18260-000, onde serão realizados os trabalhos da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", já exercidos no endereço anterior.

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP



Car

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

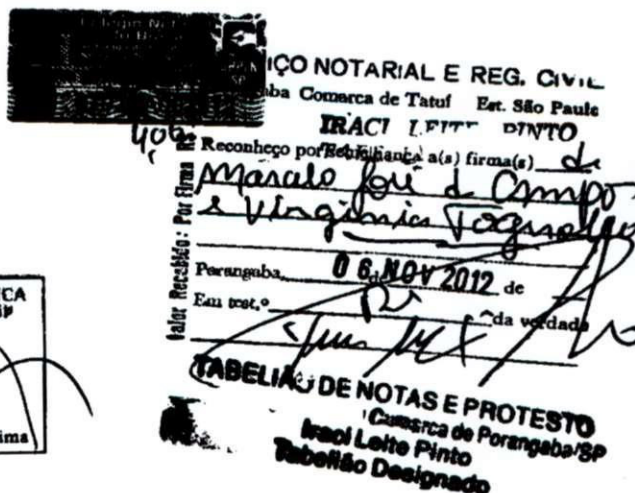
Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



Dando continuidade aos trabalhos, o presidente passou ao segundo ponto de pauta, ficando aprovado que a eleição do Conselho Comunitário aconteceria em uma Assembléia Extraordinária posterior, de acordo com o Estatuto. O presidente determinou que os diretores tornassem posse, o que ocorreu de imediato. O presidente solicitou também que procedesse a escrituração da lista de presença dos associados, a qual segue anexa. E depois de assinada a presente ata e o livro da Associação, como ninguém quis fazer uso da palavra, o presidente deu por encerrados os trabalhos e pediu-me, que lavrasse a presente ata para que assinada e pelo presidente e por mim, produzam os efeitos legais.


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
Presidente


VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES.
Secretaria



REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEX
DA COMARCA DE PORANGABA

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA
COMARCA DE PORANGABA
Protocolo nº PJ 236
Registrado sob nº 18-003.
Porangaba 30/11/12.
Oficial-R\$79,06; Estado-R\$22,46; IPESP-R\$16,66; Reg.
Civil-R\$4,20; TJ-R\$4,20; Total R\$ 126,58.

ALESSANDRA DE ALMEIDA RIBEIRO - OFICIAL
DESIGNADA





ESTATUTO SOCIAL

Artigo 1º. A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", sediada à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 18260-000, município e Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e por tempo indeterminado.

Artigo 2º. A Associação tem por finalidade e objetivo:

- I – programação voltada à cultura, educação e arte;
- II – estimular o lazer e o convívio social da comunidade atendida;
- III – executar serviço de radiodifusão comunitária de acordo com as normas vigentes;
- IV – promover a regionalização cultural, artística e jornalística;
- V – arrecadar fundos para que a associação realize os seus objetivos;
- VI – promover a assistência social;
- VII – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- VIII – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- IX – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- X – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente.



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



XI – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

XII – preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

XIII – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

XIV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

XV – não discriminação da raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico partidárias e condição social nas relações comunitárias.

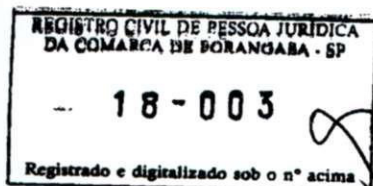
§ 1º. O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá aos preceitos da Lei nº 9.612/1998 e demais disposições legais que regulamentam a matéria.

§ 2º. É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

§ 3º. Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 4º. Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhando à direção responsável pela Rádio Comunitária.

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP





II – DOS ASSOCIADOS

Artigo 3º. Para garantir ampla e efetiva consecução de seus objetivos, a associação terá número ilimitado de associados que preencham os requisitos deste Estatuto, e que pertencerão a uma das seguintes categorias:

I – Associados fundadores: são os que foram admitidos como associados efetivos à data da Assembleia de fundação, cujo o comparecimento deverá ser formalizado com identificação dos mesmos no Livro de Presença de Associados e na Ata da mesma Assembleia;

II – Associados efetivos: são pessoas físicas ou jurídicas que aceitaram os mesmos objetivos e as normas do Estatuto da Associação;

III – Associados colaboradores: são pessoas identificadas, físicas ou jurídicas, com os objetivos da associação e que desenvolvam um trabalho de colaboração junto a mesma, devendo para ser admitidos, aceitarem as normas do Estatuto.

Artigo 4º. A admissão do associado ocorrerá mediante a sua concordância com as disposições deste Estatuto.

Artigo 5º. A demissão só ocorrerá quando o associado demonstrar sua vontade de não ser mais associado da entidade, comunicando sua decisão à diretoria da entidade.

Artigo 6º. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.



REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP



Artigo 7º. O associado que for excluído terá direito à ampla defesa e ao contraditório.

Artigo 8º. Fica assegurado o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade onde a entidade prestará os seus serviços, inclusive o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

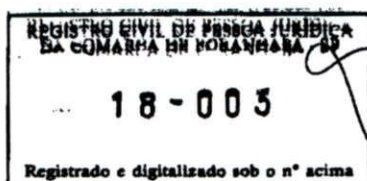
Artigo 9º. Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

Artigo 10º. Fica também assegurado o ingresso, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 11. São direitos de todos os associados:

- I – votar e ser votado para a composição dos órgãos dirigentes da associação;
- II – solicitar à Diretoria, por escrito, informações e esclarecimentos sobre quaisquer assuntos referentes à administração social;
- III – participar à diretoria das comissões de trabalho, estudo e pesquisa que vierem a ser criadas;
- IV – requerer a convocação da assembléia extraordinária mediante a apresentação de requerimento, assinado por no mínimo 1/5 dos associados;
- V – representar a associação nos casos específicos, determinado pela Diretoria;





VI – recorrer à Assembléia Geral em casos de punição imposta pela Diretoria;

VII – oferecer sugestões À Diretoria no interesse da consecução os objetivos sociais.

Artigo 12. Todos os associados têm o direito de participar da Assembléia Geral

Artigo 13. São deveres de todos os associados:

I – dirigir, bem como cooperar com os demais membros da diretoria na consecução das finalidades da associação;

II – desempenhar com responsabilidade dos cargos e encargos especiais que lhe forem confiados;

III – cumprir e fazer cumprir os estatutos;

IV – acatar todas as deliberações emendas dos órgãos ou instâncias competentes da entidade.



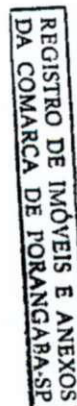
Artigo 14. Os associados devem pagar pontualmente as contribuições associativas.

Artigo 15. Os associados e dirigentes não respondem subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

IV – DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Artigo 16. O patrimônio e as fontes de recurso para a manutenção da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

§ 1º. Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio, auferido mediante o





exercício das atividades da associação, não será distribuído entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores desta entidade, devendo ser utilizados para a finalidade da associação.

§ 2º. A receita da entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º. Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

V – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 17. A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para avaliação dos trabalhos realizados e aprovação da programação para o próximo ano.

Artigo 18. Podem convocar a Assembléia Geral:

- a) a diretoria;
- b) no mínimo 1/5 dos associados.



Artigo 19. As deliberações da Assembléia são tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

Artigo 20. A Assembléia Geral deve ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, através de edital que ficará fixado nas dependências da entidade, bem como, carta via correio, ou qualquer outro meio de comunicação que assegure ao associado o conhecimento do teor do edital.

Artigo 21. Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I – destituir os administradores, nos termos das disposições do Código Civil;
- II – alterar os estudos da Associação;
- III – aprovar anualmente as contas;
- IV – eleger os administradores;



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



V – extinguir a entidade quando não houver mais interesse que inviabilize a continuidade de suas finalidades, mediante a aprovação de dois terços dos associados presentes ou depois de uma hora com qualquer numero.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido pelo presente estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

§ 2º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo será exigido o quórum mínimo de maioria simples dos associados presente na Assembléia Geral.

§ 3º. A Assembléia Geral de eleição dos administradores será convocada especialmente para esse fim, sendo exigido para deliberação da Assembléia o quórum mínimo de maioria dos votos dos associados presentes.

VI – DA DIRETORIA



Artigo 22. A reunião de diretoria acontece toda vez que o presidente convocar ou quando a metade da diretoria solicitar por escrito.

Artigo 23. A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 24. Os membros da diretoria deverão manter residência ou domicílio na área da comunidade a ser atendida pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Artigo 25. Ocorrendo vacância nos cargos da diretoria será convocada a Assembléia Geral, para eleição do novo titular.

Artigo 26. Os membros da diretoria devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP



Artigo 27. Qualquer associado poderá requerer, por escrito, informações à diretoria em relação à administração da entidade.

Artigo 28. É vedado participar da diretoria membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou foro especial ou membros que tenham cargos de direção em serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

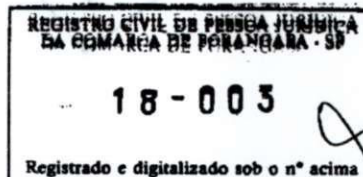
Artigo 29. As decisões de diretoria devem ser tomadas por maioria de votos

Artigo 30. Compete ao Presidente:

- I – representar a Associação ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- II – admitir ou demitir funcionários da Associação;
- III – assinar as atas de reuniões e rubricar os livros da entidade;
- IV – assinar cheques, junto como diretor administrativo, e movimentar contas bancárias.

Artigo 31. Compete ao Diretor Administrativo:

- I – redigir e manter atualizadas as atas das reuniões de diretoria e da Assembléia Geral;
- II – encaminhar as correspondências da Associação;
- III – administrar e organizar as finanças e o patrimônio da Associação;
- IV – fazer a escritura dos livros de contabilidade;
- V – apresentar semestralmente e anualmente o balanço contábil;
- VI – assinar cheques junto com o presidente.



REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

8



Artigo 32. Compete ao Diretor de Operações:

I – implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;

II – gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão comunitária;

III – promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

VII – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 33. O Conselho Comunitário é um órgão composto por cinco representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas.

Artigo 34. Os membros do Conselho Comunitário devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, não sendo remunerados.

Artigo 35. Os membros do Conselho Comunitário têm mandato de cinco anos, sendo eleitos em Assembléias Gerais Extraordinárias convocadas especialmente para este fim e tendo direito a reeleição.

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP





VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 36. A alteração das disposições estatutárias, acontecerão sempre que decidido pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto neste estatuto, bem como na legislação pertinente.

Artigo 37. O exercício fiscal da entidade será o mesmo do calendário civil.

Artigo 38. A dissolução da associação ocorrerá segundo a decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Porangaba, 17 de Setembro de 2012

Presidente

Secretária

ALAN DA SILVA OLIVEIRA
OAB/SP 293.764

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE PORANGABA-SP



IRACI LEITE PINTO
TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
marcelo José da Silva
Virgínia Sagnello
Alan da Silva Oliveira
Porangaba, **06 NOV 2012** de
Em test. **Iraci Leite Pinto** da veracidade
TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
- 18-003
Registrado e digitalizado sob o n° acima

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

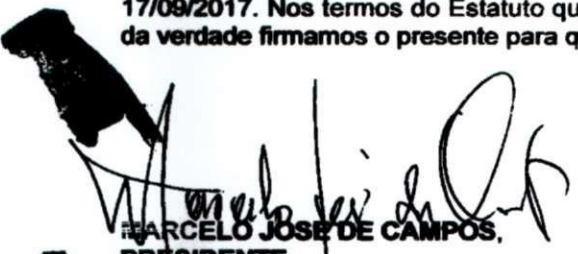
Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



TERMO DE POSSE

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e doze, após aprovação por unanimidade em Assembléia Geral e determinação da Presidência, conforme Registro lavrado em Ata que faz parte integrante deste termo, assumimos a Diretoria da " ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE " PORANGABA " DO MUNICIPIO DE PORANGABA E ADJACENTES ", para o exercício dos cargos de Presidente, Diretora Administrativa e Diretor de Operações, com mandato de cinco anos com inicio em 17/09/2012 e termino em 17/09/2017. Nos termos do Estatuto que rege a Associação e por ser a expressão da verdade firmamos o presente para que produza os seus efeitos legais.

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS,
PRÉSIDENTE
RG nº 3.657.451-X-SSP/SP


DIRCE TOGNOLLO
DIRETORA ADMINISTRATIVA
RG nº 5.412.353-SSP/SP


VÍRGÍNIA TOGNOLLO GUIMARAES
DIRETORA DE OPERAÇÕES
RG nº 6.003.067-SSP/SP



NOTARIAL E REG. CIVIL
Comarca de Tatuí - Est. São Paulo
IRACI LOPES PINTO
Reconheço por assinatura a(s) firma(s) de
Marcelo José de Campos
Dirce Tognollo e Virgínia Tognollo
Porangaba, 17 de NOV 2012 de
Em test. o **Iraci L. Pinto** da verdade

TABELIA DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Iraci Leite Pinto
Tabelião Designado

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-005
Registrado e digitalizado sob o nº acima

Página: 0074/0076

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



LISTA de Presença da Assembléia Geral da "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTISTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE " PORANGABA" DO MUNICIPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" - 17/09/2012.

MARCELO JOSE DE CAMPOS
RG nº 3.657.451-X-SSP/SP
ASSINATURA

DIRCE TOGNOLLO
RG nº 5.412.353-SSP/SP
ASSINATURA

VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARAES
RG nº 6.003.067-SSP/SP
ASSINATURA

MARIA DE LOURDES TOGNOLLO
RG nº 7.614.771-SSP/SP
ASSINATURA

BENEDITO MACHADO NETO
RG nº 4.461.178-X-SSP/SP
ASSINATURA

FELIPE TOGNOLLO GUIMARAES
RG nº 41.578.138-SSP/SP
ASSINATURA

PATRICIA VIEIRA PRADO MACHADO
RG nº 20.693.665-5-SSP/SP
ASSINATURA

PAULO CESAR MACHADO
RG nº 18.668.245-SSP/SP
ASSINATURA

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
DA COMARCA DE PORANGABA-SP



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



IRACI LEITE PINTO
TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Tabelão Designado

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Manoel José de Almeida
Dinorci Agnello e Virgínia
Gomes Agnello
Porangaba, 05 NOV 2012, de
Em nome da verdade

IRACI LEITE PINTO
TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Tabelão Designado

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Maria Lourdes Agnello
Benedito Machado Neto
e Felipe Agnello Guimarães
Porangaba, 05 NOV 2012, de
Em nome da verdade

IRACI LEITE PINTO
TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Porangaba/SP
Tabelão Designado

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Patricia Vieira Prado
Machado e Paulo Aguiar
Machado
Porangaba, 05 NOV 2012, de
Em nome da verdade

Controle:



Página: 0076/0076

Ao Oficial.... R\$ 103,92
Ao Estado.... R\$ 29,69
Ao IPESP..... R\$ 21,88
Ao Reg. Civil: R\$ 5,47
Ao Trib. Just: R\$ 5,47
Total..... R\$ 166,43

A presente certidão, extraída por processo de digitalização, confere com o documento original registrado sob nº 18 neste Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de Porangaba, do que dou fé. Porangaba, 02 de agosto de 2013.

Maurício Costa Lopes Jardim
Substituto do Oficial

Maurício Costa Lopes Jardim - Substituto do Oficial

Ren 4

SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS



Ao
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica
A/C Sra. Patrícia Ávila
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 900
Brasília - DF - CEP 70044-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 001788/2014-41
SEAPA/SCE
14/01/2014-08:39

Assunto: **Renovação de Outorga**
Processo: **53000.067258/2013**
Localidade: **Porangaba/SP**


Prezada Senhora

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 393 datada de 27/07/2001 e Decreto Legislativo nº 753 publicado no Diário Oficial da União datado de 17/10/2003, **vem através deste solicitar a juntada da ATA DE ELEIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA DA ENTIDADE.**

Sem mais.

Porangaba (SP), 06/01/2014.

Atenciosamente


.....
MARCELO JOSÉ CAMPOS
Representante Legal

Seu
133

Ministério das Comunicações
Fls. 88
Rubrica
DA DIRETORIA
COMUNITARIA
VIGENTE PELA
'BORANCARA'



2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA: A convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada conforme determina o Artigo 20º do Estatuto Social, através de edital afixado na sede e comunicado pessoalmente aos seus membros da Associação. **3. QUORUM DE**

DIRETORA DOS TRABALHOS: Presidente: **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**; Secretária: **DIRCE TOGNOLLO**. 5. ORDEM DO DIA: Assembleia Geral Extraordinária: Item I -

Presidente comunicou o desejo de renúncia do cargo de Diretora de Operações exercido pela Sra. **VIRGINIA TOGNOLLO GUIMARÃES**, por motivos particulares. Sendo assim foi

vacância do cargo foi proposto que aqueles que tivessem interesse em assumi-lo se pronunciassem. O que ocorreu, e após a aceitação foi eleita e empossada, assumindo assim imediatamente o respectivo cargo até o término do mandato atual da diretoria que

Presidente: MARCELO JOSE DE CAMPOS, brasileiro, solteiro de maior, engenheiro, residente e domiciliado à PERI, n. 79, Bairro das Partes, CEP: 18260-000, neste Município de Borangaba Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG n. 3.657.451-X

solteira de maior, contadora, residente e domiciliada à PERI, n. 79, Bairro das Partes, CEP: 18260-000, neste de Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG nº 5.413.352 SSP/SP e CPF nº 523.254.288-87. **Directora de Operações**

Rua João do Amaral, n. 42, CEP: 18260-000, neste Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG n.º 41.413.067-4 SSP/SP e CPF n.º 119.179.879-69.

atendimento do interesse da comunidade. Submetida a apreciação dos Associados presentes à Assembleia Geral Extraordinária, foi eleita a chapa única apresentada, por

respectivo conselho tem a seguinte composição: **CONSELHO COMUNITÁRIO:**
Conselheiro: WENDELL KLAUSS RIBEIRO, portador da cédula de identidade RG n.

CEP 18260-00, Município de Porangaba, Estado de São Paulo; **Conselheira: MARIA JOSÉ DINIZ PAES**, portadora da cédula de identidade RG n. 12.948.721-6 SSP/SP e do CPF n.

18-00/1

Registrado e digitalizado sob o n° acima



Fratti
Ofício do Notário

Rua Mato Grosso, 339 - Fone/Fax: (45) 3224-5420 Cascavel-PR
Autentiquei a presente cópia, conforme o original a mim
apresentado, em seu ANVERSO do que dou fé

02 JAN. 2014

☒ MARIA PAULA FRATTI-TABELU ☐ Ruth Henri Silva : Substituto
☒ Sônia Maria Celen ☐ Eoz. Jaramana ☐ Elizabeth Vargasi : Substituto
☒ Sandra Mara Marinho ☐ Eoz. Jaramana ☐ Ivo Carlos Mendes ☐ Eoz. Jaramana
☒ Francisco C. Uliedner ☐ Eoz. Jaramana

O selo de autenticidade
foi apostado na última folha
deste documento.
Instr. Funarpen nº 03/02.

18-004

CNPJ n. 04.721.583/0001-09, sita à Rua Professor Antônio Freire de Souza, 259, Centro, CEP 18260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo; **Conselheira: SONIA REGINA GHIZZI MARTELLO**, portadora da cédula de identidade RG n. 5.611.354 SSP/SP e do CPF n. 072.931.618-16, representante da Associação para Proteção de Animais Amor de Bicho de Porangaba, inscrita no CNPJ n. 15.032.788/0001-95, sita à Sitio Bela Vista, s/n, caixa postal 28, Serrinha, CEP 182260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo; **Conselheiro: JOSE RICARDO DE ALMEIDA**, portador da cédula de identidade RG n. 19.418.268X SSP/SP e do CPF n. 122.688.298-08, representante do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Vila, inscrito no CNPJ n. 60.115.573/0001-92, sita à Rua Marisa da Silveira Machado, 43, Vila São Luiz, CEP 18260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo; e, **Conselheiro: JOÃO CARIELLO DE MORAES FILHO**, portador da cédula de identidade RG n. 3.191.836 SSP/SC e do CPF n. 037.253.408-20, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porangaba, inscrita no CNPJ n. 03.078.562/0001-46, sita à Rua Vereador João Baptista Mendes, 382, Jardim Bela Vista, CEP 18260-00, Município de Porangaba, estado de São Paulo. **Item III** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo, o Senhor Presidente concedeu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, **DIRCE TOGNOLLO**, secretária da assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
Presidente da Assembleia

DIRCE TOGNOLLO
Secretária da Assembleia

CAROLINA DINIZ PAES

VERGINIA TOGNOLLO GUIMARÃES

WENDELL KLAUSS RIBEIRO

MARIA JOSÉ DINIZ PAES

SONIA REGINA GHIZZI MARTELLO

JOSE RICARDO DE ALMEIDA

JOÃO CARIELLO DE MORAES FILHO

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP

co-por semelhança a firma de

16 OUT 2013

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA

Elisama Leite Pinto
Escrevente

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP

co-por semelhança a firma de

16 OUT 2013

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA

Elisama Leite Pinto
Escrevente

Patricia Pinto de Oliveira
Substituída

SEI 53000.067258/2013-85 / pg. 92

Remetente:
**ASSOC. COMUNIT. EDUC. DE PORANGABA E
ADJACÊNCIAS**
Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro
Porangaba – SP – CEP 18260-000



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 22 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 22/08/2014, às 13:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0099616** e o código CRC **97849F6D**.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 112.170.978-80

Nome da Pessoa Física: CAROLINA DINIZ PAES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:51:21** do dia **08/12/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C297.1484.8106.FE55**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 532.354.288-87

Nome da Pessoa Física: DIRCE TOGNOLLO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:45:49** do dia **08/12/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **13BB.3155.A68C.CACA**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 037.698.798-72

Nome da Pessoa Física: MARCELO JOSE DE CAMPOS

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:42:14** do dia **08/12/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **0CDF.C556.515B.3761**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 19778/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.067258/2013-85**

Processo de Outorga nº: **53830.002115/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Porangaba/SP**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação aos preceitos da alínea "h.3" do **item 8.2** da Norma nº 1/2011, conforme detalhado a seguir:

i) O art. 23 do estatuto deve ser adequado de forma a indicar corretamente **o tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de 4 anos, sendo admitida uma recondução.** conforme estabelece a alínea "h.3", já que, embora a assembleia de 09/04/1999 tenha alterado o mandato da Diretoria de dez anos para quatro anos, conforme cópia de ata apresentada, o referido art. 23 do estatuto diz: **"A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos."**, mantendo o tempo de mandato superior ao permitido na legislação e não explicitando a limitação de apenas uma recondução, o que pode caracterizar óbice ao caráter comunitário da entidade;

A seguir a transcrição do item 8.2 da Norma nº 1/2011 e suas alíneas acima mencionadas:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. A entidade deverá ainda apresentar os seguintes documentos:

i) Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2.

ii) CPF de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 10:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 16/12/2014, às 15:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0276157** e o código CRC **DCC14181**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 22005/2014/SEI-MC

São Paulo, 08 de dezembro de 2014

Ao Senhor

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS

Representante Legal da Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística, Conforme a Constituição Vigente, Pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências

Rua Vereador Braz Gica da Paz nº 112 - Centro

18260-000 / Porangaba - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.067258/2013-85**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **19778/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 10:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0276679** e o código CRC **9E78BA30**.

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em São Paulo (SP)

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT)- Vila Leopoldina

CEP 05311-900 - São Paulo - SP

A/C

Sr. Thiago Galvão

Assunto: **Ofício nº. 22005/2014/SEI - MC**

Processo: **53000.067258/2013-85**

Localidade: **Porangaba/SP**

53000.005250/2015-43
02/02/15

Prezado Senhor

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, vem através deste solicitar

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

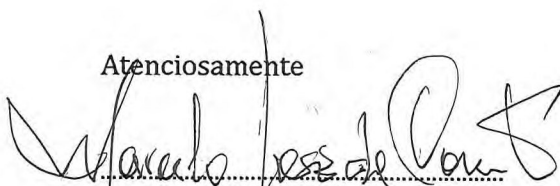
tendo em vista as exigências solicitadas no ofício em epígrafe, informamos que já providenciamos as devidas alterações.

No entanto, estamos encontrando dificuldades, pois a averbação das adequações do Estatuto, e registro da Ata dependem do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, o qual possui uma grande demanda de documentos, assim em virtude da lentidão por parte do Cartório solicitamos um prazo maior para apresentar a documentação requerida.

Certo de sua compreensão, nestes termos peço deferimento.

Porangaba (SP), 29/01/2015.


Atenciosamente


MARCELO JOSÉ CAMPOS
Representante Legal



AR


75240269-2

 PESO (kg) 0,036

SEDEX 10

AR ☒ MP ☐

SX 74282715 9 BR



DESTINATÁRIO ministério das comunicações Delegacia Regional do ministério das com. em São Paulo		FONE
ENDEREÇO (vila Leopoldina) Rua: Mercedes Hiler, 592 Bloco 1, mezanino		
CIDADE São Paulo		UF SP
CEP 05311-900		

REMETENTE Piranga Fm	FONE	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> Outros (especificar)	TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª: __/__/__ às __ h. 2ª: __/__/__ às __ h. 3ª: __/__/__ às __ h.	CARIMBO
ENDEREÇO Cx postal 256				

Outros (origem externa) (0353827) SEI 53900.005250/2015-43 / pg. 2

SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em São Paulo(SP)

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT)- Vila Leopoldina

CEP 05311-900 - São Paulo - SP

A/C

Sr. Thiago Galvão

Assunto: **Ofício nº. 22005/2014/SEI - MC**

Processo: **53000.067258/2013-85**

Localidade: **Porangaba/SP**

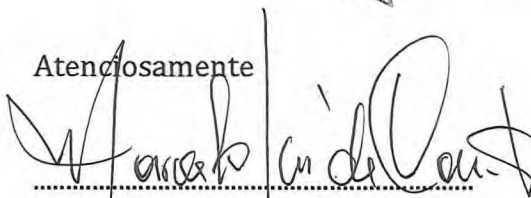
53900.012533/2015-41

19/03/15

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 393 datada de 27/07/2001 e Decreto Legislativo nº 753 publicado no Diário Oficial da União datado de 17/10/2003, vem através deste solicitar a juntada da documentação requerida no ofício em epígrafe.

Sem mais.

Atenciosamente



MARCELO JOSÉ CAMPOS
Representante Legal

Porangaba (SP), 15/01/2015.

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
Reconheço por semelhança a firma de Marcelo José Campos
4, 25
19 JAN 2015
FIRMA 1
Em test.º da verdade

0792AA021744

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente



**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA-SP**

LUIZ GUSTAVO DE ALMEIDA ROLLO

Rua Prefeito Domingos Diniz Vaz nº 48 - Porangaba-SP - CEP 18260-000
FONE/FAX: (015) 3257-1229 / 3257-1167 -- E-MAIL: RIPORANGABA@GMAIL.COM

PEDIDO DE CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA Nº: 000071 REQUERIDO EM 20/02/2015

Requerente.....: DIRCE TOGNOLLO

Depósito prévio.: 37,62

Observações.....: PEDIDO DE CERTIDÃO - PJ

ITENS DO PEDIDO

CERTIDÃO - Reg. Nº 18

CUSTAS E EMOLUMENTOS

Emolumento	R\$	23,43
Ao Estado	R\$	6,64
Ao IPESP	R\$	4,99
Ao Registro Civil	R\$	1,28
Tribunal de Justiça	R\$	1,28
ISS	R\$	0,00
TOTAL	R\$	37,62
Valor Depositado.....	R\$	37,62

ORIGEM DOS DEPÓSITOS

-Depósito prévio em CHEQUE Nº: 005038 C.C.: 0103944-2 BCO: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S.A. - BANE AG.: 0382

RECEBI A IMPORTÂNCIA TOTAL ACIMA ESPECIFICADA.

PORANGABA, 23 de fevereiro de 2015


MAURÍCIO COSTA LOPES JARDIM - SUBSTITUTO DO OFICIAL

PELO INTERESSADO

Recebi uma via do presente, com a referida certidão.

Data: ____/____/____

Ass.: _____

Nome: _____

End.: _____

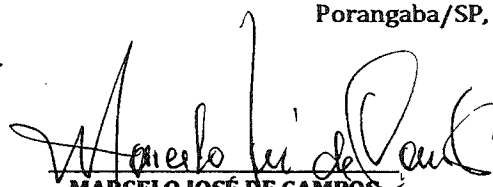
**ILMO. (A) SR. (A) OFICIAL (A) DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE
PORANGABA, ESTADO DE SÃO PAULO**

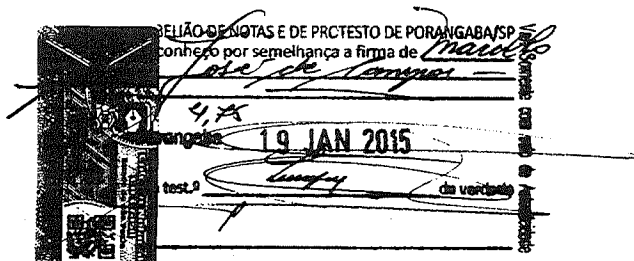
REQUERIMENTO

**A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A
CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA
COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS,**
devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica
da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, através
de seu representante legal, Sr **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**, brasileiro, solteiro, de maior,
engenheiro, residente e domiciliado à Bairro das Partes, PERI/79, Município de Porangaba, Estado
de São Paulo, CEP 18260-000, portador da cédula de identidade, 3.657.451-X SSP/SP e do CPF
n.037.698.798-72, vem mui respeitosamente através deste, requerer que seja feito o registro
da Alteração do Estatuto Social. Segue anexa a documentação necessária.

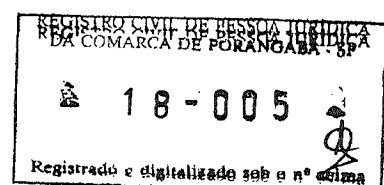
N. termos,
P. deferimento.

Porangaba/SP, 14 de janeiro de 2014.


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF 037.698.798-72
Presidente



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Eliana Leite Pinto
Escrevente

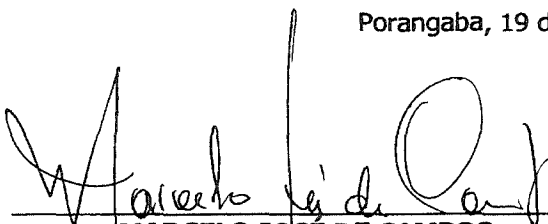


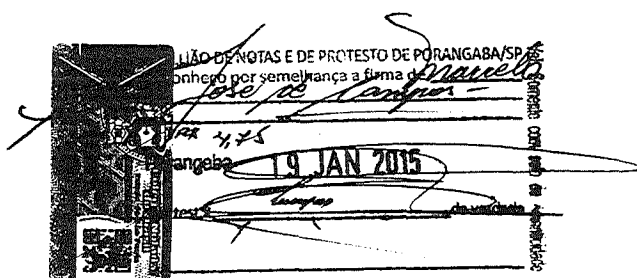
DECLARAÇÃO

Eu, **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**, brasileiro, portadora do RG nº. **3657451-X** e CPF nº. **037.698.798-72**, residente e domiciliado no Bairro das Partes na cidade de Porangaba/SP, declaro, para os devidos fins que a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA**, inscrita no CNPJ nº 01.413.187/0001-18 não possui Livro de Atas.

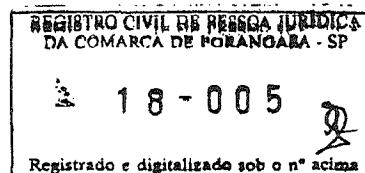
Sem mais para o momento, firmo a presente declaração.

Porangaba, 19 de Janeiro 2015


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
RG nº. **3657451-X**
CPF nº. **037.698.798-72**



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrivente



Porangaba (SP), 15 de dezembro de 2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.01.413.187/0001-18, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 1826-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, através de seu representante legal, Sr. **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**, brasileiro, solteiro de maior, engenheiro, residente e domiciliado à PERI, n. 79, Bairro das Partes, CEP: 18260-000, neste Município de Porangaba, Estado de São Paulo, convoca os Diretores, Associados e Membros da entidade para uma **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, onde será tratado de:

PAUTA:

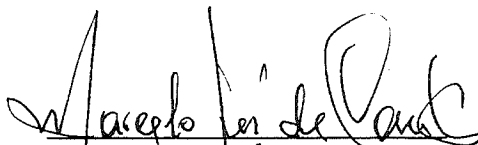
- 1) Alteração do Estatuto Social ✓

LOCAL E DATA:

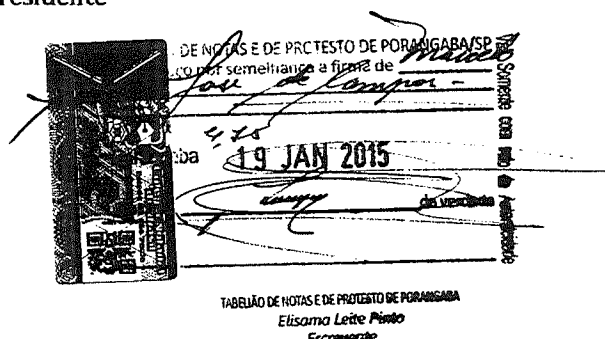
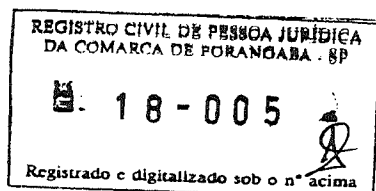
- 1) Local: Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro. ✓
- 2) Data: 14/01/2015 ✓

HORÁRIO:

- 1) Primeira convocação: 08h30min; e,
- 2) Segunda convocação: 09h00min


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF 037.698.798-72
Presidente

← Tabelião de Notas



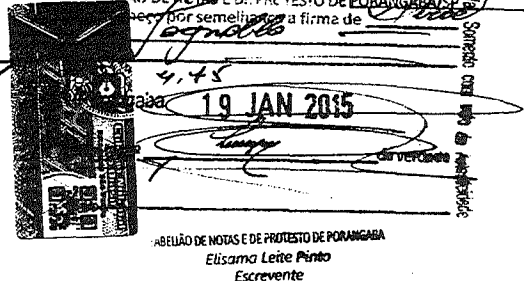
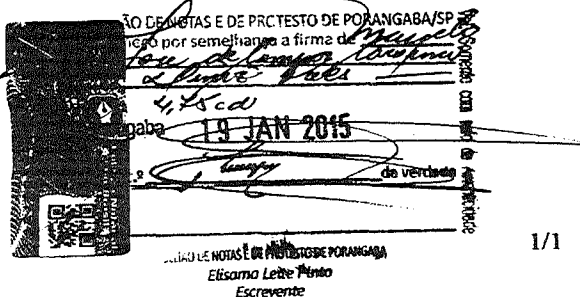
ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE. (14/01/2015)

1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, às 09h00min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 18260-000. **2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral extraordinária foi realizada conforme determina o Artigo 20º do Estatuto Social, através de edital afixado na sede da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. **3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral extraordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Presidente: **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**; Secretária ad doc: **CAROLINA DINIZ PAES**. **5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Item I - Alteração do Estatuto Social. Item II - Outros Assuntos de Interesse da Associação. DELIBERAÇÕES: Item I -** O Sr. Presidente explicou que devido a mu**CAROLINA DINIZ PAES** dança na legislação de radiodifusão comunitária e também a necessidade de dinamização das decisões tomadas pela entidade em prol da comunidade, faz-se necessária a adequação do **Art. 23º** do Estatuto Social da entidade. A mudança aprovada por unanimidade será: A redação do **Art. 23º** passa a ser: "**Art. 23º**" - A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de **04** (quatro) **anos**, sendo admitida uma recondução. **Item II -** Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo, o Senhor Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar, Eu, **CAROLINA DINIZ PAES**, secretária da assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
Presidente da Assembleia

CAROLINA DINIZ PAES
Secretária da Assembleia

DIRCE TOGNOLLO
Diretora Administrativa



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA

Protocolo nº PJ 486.

Registrado sob nº 18-005 e R.8-LV.B.

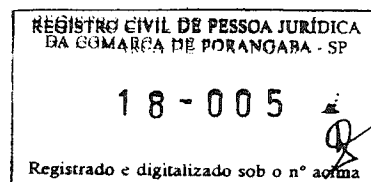
Porangaba 03/02/2015.

Oficial-R\$137,46; Estado-R\$39,12; IPESP-R\$28,91; Reg. Civil-R\$7,27; TJ-
R\$7,27; Total R\$220,03.

Maurício Costa Lopes Jardim - Substituto do Oficial

Maurício Costa Lopes Jardim
Substituto do Oficial

ESTATUTO SOCIAL



I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO JURÍDICO, DURAÇÃO E FINALIDADES

Artigo 1º. A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES", sediada à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 18260-000, Município e Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e por tempo indeterminado.

Artigo 2º. A Associação tem por finalidade e objetivo:

- I. Programação voltada à cultura, educação e arte;
- II. Estimular o lazer e o convívio social da comunidade atendida;
- III. Executar serviço de radiodifusão comunitária de acordo com as normas vigentes;
- IV. Promover a regionalização cultural, artística e jornalística;
- V. Arrecadar fundos para que a associação realize os seus objetivos;
- VI. Promover a assistência social;
- VII. Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- VIII. Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- IX. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- X. Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XI. Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XII. Preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- XIII. Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- XIV. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e,
- XV. Não discriminação da raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§1º. O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá aos preceitos da Lei nº9.612/1998 e demais disposições legais que regulamentam a matéria.

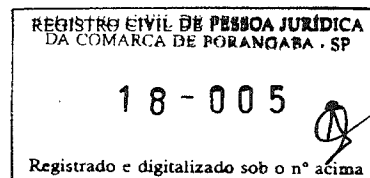
§2º. É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

§3º. Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

Three handwritten signatures in black ink, likely representing the association's leadership or legal representatives.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229



§4º. Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

II - DOS ASSOCIADOS

Artigo 3º. Para garantir ampla e efetiva consecução de seus objetivos, a Associação terá número ilimitado de associados que preencham os requisitos deste Estatuto, e que pertencerão a uma das seguintes categorias:

- I. Associados Fundadores: são os que foram admitidos como associados efetivos à data da assembleia de fundação, cujo comparecimento deverá ser formalizado com identificação dos mesmos, no livro de presença de associados e na ata da mesma assembleia;
- II. Associados Efetivos: são pessoas físicas ou jurídicas que aceitaram os mesmos objetivos e as normas do estatuto da Associação; e,
- III. Associados Colaboradores: são pessoas identificadas, físicas ou jurídicas, com os objetivos da Associação e que desenvolvam um trabalho de colaboração junto a mesma, devendo para ser admitidos, aceitarem as normas do Estatuto.

Artigo 4º. A admissão do associado ocorrerá mediante a sua concordância com as disposições deste Estatuto.

Artigo 5º. A demissão só ocorrerá quando o associado demonstrar sua vontade de não ser mais associado da entidade, comunicando sua decisão à diretoria da entidade.

Artigo 6º. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria, que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Artigo 7º. O associado que for excluído terá direito à ampla defesa e ao contraditório.

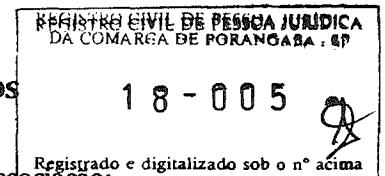
Artigo 8º. Fica assegurado o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade onde a entidade prestará os seus serviços, inclusive o serviço de radiodifusão comunitária.

Artigo 9º. Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

Artigo 10º. Fica também assegurado o ingresso, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive por intermédio de seus

representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS



Artigo 11º. São direitos de todos os associados:

- I. Votar e ser votado para a composição dos órgãos dirigentes da associação;
- II. Solicitar à Diretoria, por escrito, informações e esclarecimentos sobre quaisquer assuntos referentes à administração social;
- III. Participar à diretoria das comissões de trabalho, estudo e pesquisa que vierem a ser criadas;
- IV. Requerer a convocação da assembleia extraordinária mediante a apresentação de requerimento, assinado por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados;
- V. Representar a Associação nos casos específicos, determinado pela Diretoria;
- VI. Recorrer à Assembleia Geral em casos de punição imposta pela Diretoria; e,
- VII. Oferecer sugestões à Diretoria no interesse da consecução dos objetivos sociais.

Artigo 12º. Todos os associados tem direito de participar da Assembleia Geral.

Artigo 13º. São deveres de todos os associados:

- I. Dirigir, bem como cooperar com os demais membros da diretoria na consecução das finalidades da Associação;
- II. Desempenhar com responsabilidade dos cargos e encargos especiais que lhe forem confiados;
- III. Cumprir e fazer cumprir os Estatutos; e,
- IV. Acatar todas as deliberações emendadas dos órgãos ou instâncias competentes da entidade.

Artigo 14º. Os associados devem pagar pontualmente as contribuições associativas.

Artigo 15º. Os associados e dirigentes não respondem subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

IV - DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Artigo 16º. O patrimônio e as fontes de recurso para a manutenção da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

§1º. Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio, auferido mediante o exercício das atividades da Associação, não será distribuído entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores desta entidade, devendo ser utilizados para a finalidade da Associação.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

§2º. A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

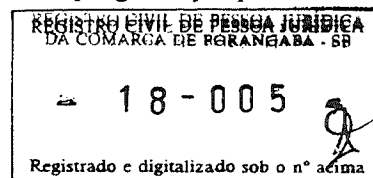
§3º. Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

V - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 17º. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para avaliação dos trabalhos realizados e aprovação da programação para o próximo ano.

Artigo 18º. Podem convocar a Assembleia Geral:

- a) A Diretoria; e,
- b) No mínimo 1/5 (um quinto) dos associados.



Artigo 19º. As deliberações da Assembleia são tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

Artigo 20º. A Assembleia Geral deve ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, através de edital que ficará fixado nas dependências da entidade, bem como, carta via correio, ou qualquer outro meio de comunicação que assegure ao associado o conhecimento do teor do edital.

Artigo 21º. Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. Destituir os administradores, nos termos das disposições do código civil;
- II. Alterar os estatutos da Associação;
- III. Aprovar anualmente as contas;
- IV. Eleger os administradores; e,
- V. Extinguir a Entidade quando não houver mais interesse que inviabilize a continuidade de suas finalidades, mediante a aprovação de dois terços dos associados presentes ou depois de uma hora com qualquer número.

§1º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da Assembleia especialmente convocada para este fim, cujo quórum será o estabelecido pelo presente Estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

§2º. Para as deliberações a que se refere os incisos I e II deste artigo será exigido o quórum mínimo de maioria simples dos associados presentes na Assembleia Geral.

§3º. A Assembleia Geral de eleição dos administradores será convocada especialmente para este fim, sendo exigido para deliberação da Assembleia o quórum mínimo de maioria dos votos dos associados presentes.

VI - DA DIRETORIA

Artigo 22º. A reunião de diretoria acontece toda vez que o presidente convocar ou quando a metade da diretoria solicitar por escrito.

Artigo 23º. A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução.

Artigo 24º. Os membros da diretoria deverão manter residência ou domicílio na área da comunidade a ser atendida pelo serviço de radiodifusão comunitária.

Artigo 25º. Ocorrendo vacância nos cargos da diretoria será convocada a Assembleia Geral, para eleição do novo titular.

Artigo 26º. Os membros da diretoria devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Artigo 27º. Qualquer associado poderá requerer, por escrito, informações à diretoria em relação à administração da entidade.

Artigo 28º. É vedado participar da diretoria membros que ocupam cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou foro especial ou membros que tenham cargos de direção em serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Artigo 29º. As decisões de diretoria devem ser tomadas por maioria dos votos.

Artigo 30º. Compete ao Presidente:

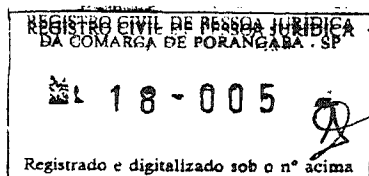
- I. Representar a Associação ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- II. Admitir ou demitir funcionários da Associação;
- III. Assinar as atas de reuniões e rubricar os livros da entidade; e,
- IV. Assinar cheques, junto com o Diretor Administrativo, e movimentar contas bancárias.

Artigo 31º. Compete ao Diretor Administrativo:

- I. Redigir e manter atualizadas as atas das reuniões da diretoria e da Assembleia Geral;
- II. Encaminhar as correspondências da Associação;
- III. Administrar e organizar as finanças e o patrimônio da Associação;
- IV. Fazer a escritura dos livros de contabilidade;
- V. Apresentar semestralmente e anualmente o balancete contábil; e,
- VI. Assinar cheques junto com o presidente.

Artigo 32º. Compete ao Diretor de Operações:

- I. Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. Gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão comunitária; e,
- III. Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.



VII - DO CONSELHO COMUNITÁRIO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

Artigo 33°. O Conselho Comunitário é um órgão composto por cinco representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas.

Artigo 34°. Os membros do Conselho Comunitário devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, não sendo remunerados.

Artigo 35°. Os membros do Conselho Comunitário tem mandato de 04 (quatro) anos, sendo eleitos em Assembleias Gerais Extraordinárias, convocadas especialmente para este fim e tendo direito a reeleição.

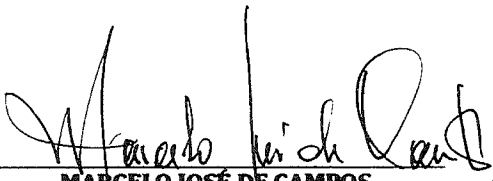
VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

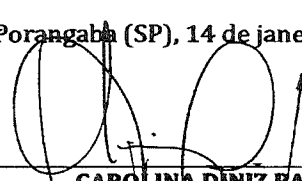
Artigo 36°. A alteração das disposições estatutárias acontecerão sempre que decidido pela Assembleia Geral, obedecendo ao disposto neste Estatuto, bem como na legislação pertinente.

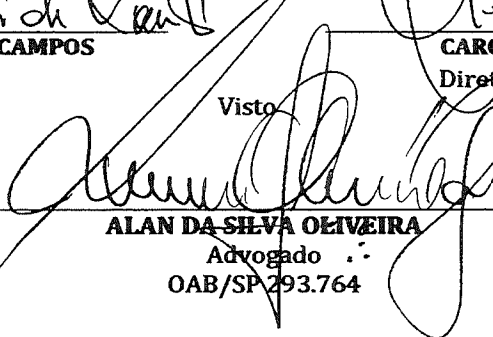
Artigo 37°. O exercício fiscal da entidade será o mesmo do calendário civil.

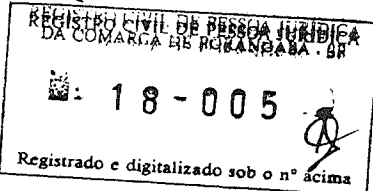
Artigo 38°. A dissolução da Associação ocorrerá segundo a decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia.


Porangaba (SP), 14 de janeiro de 2015.


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
Presidente



CAROLINA DINIZ FAES
Diretora de Operações

Visto 
ALAN DA SILVA OLIVEIRA
Advogado
OAB/SP 293.764


18-005
Registrado e digitalizado sob o nº acima


TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA-SP
feito por semelhança a firma de
Elisama Leite Pinto
19 JAN 2015
da verdade

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente


TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA-SP
feito por semelhança a firma de
Elisama Leite Pinto
19 JAN 2015
da verdade

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente

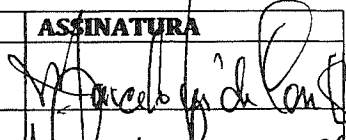
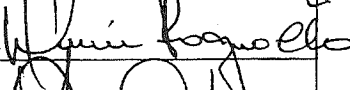
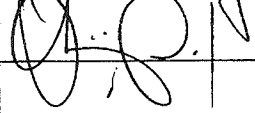
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

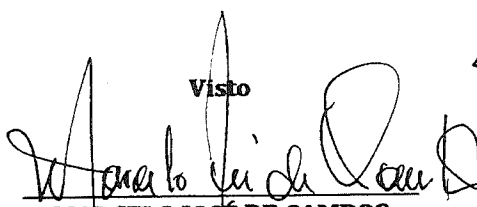
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A
CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA
COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS**

Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro
Porangaba - SP - CEP 1826-000

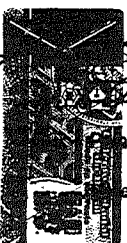
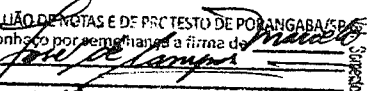
LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 14/01/2015

NOME	ASSINATURA
MARCELO JOSÉ DE CAMPOS	
DIRCE TOGNOLLO	
CAROLINA DINIZ PAES	

Visto


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF 037.698.798-72
Presidente

Tabellão de
Notas


TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA-SP
Conhecido por semelhança a firma de 
Porangaba, 19 JAN 2015
do verchido
TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrivente

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP
18-005
Registrado e digitalizado sob o nº 18005

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A
CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA
COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS**

Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro
Porangaba - SP - CEP 1826-000

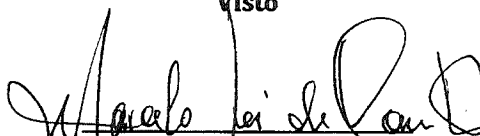
RELAÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA

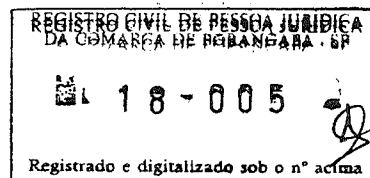
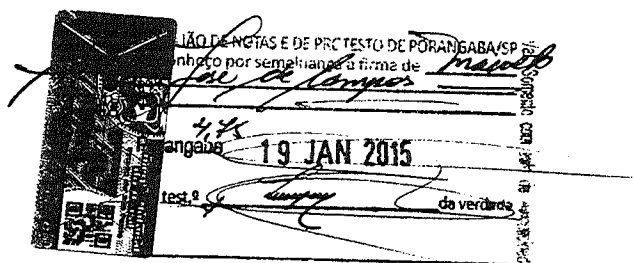
Presidente: MARCELO JOSÉ DE CAMPOS, brasileiro, solteiro de maior, engenheiro, residente e domiciliado à PERI, n. 79, Bairro das Partes, CEP: 18260-000, neste Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG n.3.657.451-X SSP/SP e CPF n. 037.698.798-72;

Diretora Administrativa: DIRCE TOGNOLLO, brasileira, solteira de maior, contadora, residente e domiciliada à PERI, n. 79, Bairro das Partes, CEP: 18260-000, neste de Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade RG n.5.412.353 SSP/SP e CPF n.532.354.288-87;

Diretora de Operações: CAROLINA DINIZ PAES, brasileira, solteira de maior, advogada, residente e domiciliada a Rua João do Amaral, n. 42, CEP: 18260-000, neste Município de Porangaba, Estado de São Paulo l, portadora da cédula de identidade RG n.º 41.413.067-4 SSP/SP e CPF n.º 112.170.978-80.

Visto


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF 037.698.798-72
Presidente



LIBELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinho
Escrivão

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Rua Pref. Domingos Diniz Vaz, 48 - Colina Verde - Porangaba-SP - CEP - 18260-000 - Tel.: (15) 3257-1229

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A
CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA
COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS**

Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro
Porangaba - SP - CEP 1826-000

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS FUNDADORES

ELIAS MARQUES, brasileiro, casado, representante comerciante residente e domiciliado à Rua João Machado n. 21 Centro, CEP 18260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade, RG n. 3.712.584-9- SSP/SP e do CPF n. 467.563.299-87;

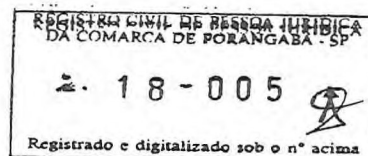
ADRIANA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, de maior, estudante, residente e domiciliada na Chácara Três Estrelas, Bairro dos Lopes, CEP 18260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade, RG 25.768.792-0 SSP/SP e do CPF sob n. 167.379.618-43;

TANIA DE ALMEIDA MARQUES, brasileira, casada do lar, residente e domiciliada à Rua João Machado, 21, centro, CEP 18260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portadora da cédula de identidade, RG n.25.768.791-9 SSP/SP e do CPF n. 167.379.588-93; e,

MARCIO JOSE DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro de maior, estudante, residente e domiciliado na Chácara Três Estrelas, Bairro dos Lopes, CEP 18260-000, Município de Porangaba, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade, RG n. 25.678.793-2 SSP/SP e do CPF n. 267.283.658-26.

Visto


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF 037.698.798-72
Presidente



Controle:



13314

Página: 0014/0014

Ao Oficial....	R\$	23,43
Ao Estado....	R\$	6,64
Ao IPESP.....	R\$	4,99
Ao Reg. Civil: R\$		1,28
Ao Trib. Just: R\$		1,28
Total.....	R\$	37,62

A presente certidão, extraída por processo de digitalização, confere com o documento original registrado sob nº 18-005 neste Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de Porangaba, do que dou fê. Certifica, por fim, que o Registro nº 18 é composto por atos de registro anteriores ao ato objeto da presente certificação, a saber: 18-000, 18-001, 18-002, 18-003 e 18-004, os quais não integram a presente certidão Porangaba-SP, 23 de fevereiro de 2015.


Maurício Costa Lopes Jardim - Substituto do Oficial


Ilmo Sr.

Oficial do Serviço de Registro Imobiliário de Porangaba/SP

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS, brasileiro, engenheiro, portador do CPF/MF n.º 037.698.798-72 e RG n.º 3.657.451-X, presidente da pessoa jurídica denominada "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" inscrita no CNPJ n.º 01.413.187/0001-18, com sede à Rua Vereador Braz Gica da Paz, n.º 112- Centro- Porangaba/SP, vem mui respeitosamente a vossa Excelência, requerer o Registro no Livro B, segue cópia em anexo.

Nestes Termos
P. Deferimento

Porangaba, 30 de Janeiro de 2015



MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF/MF n.º 037.698.798-72
RG n.º 3.657.451-X



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
Reconheço por semelhança a firma de Marcelo José de Campos

R\$ 4,75
30 JAN 2015

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Eliana Leite Pinto
Escrivente

Ilmo Sr.

Oficial do Serviço de Registro Imobiliário de Porangaba/SP

REF. REGISTRO DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO .

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS, brasileiro, engenheiro, portador do CPF/MF n.º 037.698.798-72 e RG n.º 3.657.451-X, presidente da pessoa jurídica denominada "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" inscrita no CNPJ n.º 01.413.187/0001-18, com sede à Rua Vereador Braz Gica da Paz, n.º 112- Centro- Porangaba/SP, vem mui respeitosamente a vossa Excelência, requerer o Registro da Alteração do Estatuto Social no Livro B, segue cópia em anexo.

Nestes Termos
P. Deferimento

Porangaba, 30 de Janeiro de 2015


MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
CPF/MF n.º 037.698.798-72
RG n.º 3.657.451-X



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
Reconheço por semelhança a firma de Marcelo José de Campos
R\$ 9,95
30 JAN 2015
Firma 1
0792AA021814
TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrivente

Ilmo Sr.

Oficial do Serviço de Registro Imobiliário de Porangaba/SP

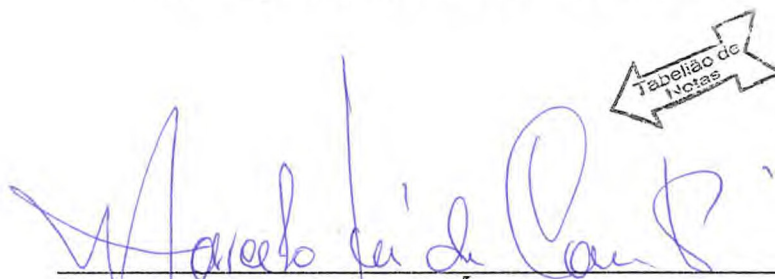
REF. REGISTRO DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO .

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS, brasileiro, engenheiro, portador do CPF/MF n.º 037.698.798-72 e RG n.º 3.657.451-X, presidente da pessoa jurídica denominada "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME CONSTITUIÇÃO VIGENTE PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE PORANGABA DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES" inscrita no CNPJ n.º 01.413.187/0001-18, com sede à Rua Vereador Braz Gica da Paz, n.º 112- Centro- Porangaba/SP, vem mui respeitosamente a vossa Excelência, requerer o Registro da Alteração do Estatuto Social no Livro B, segue cópia em anexo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Porangaba, 30 de Janeiro de 2015



MARCELO JOSÉ DE CAMPOS

CPF/MF n.º 037.698.798-72

RG n.º 3.657.451-X

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
Reconheço por semelhança a firma de Marcelo José de Campos

Porangaba 30 JAN 2015

Em test.º Elisama Leite Pinto da veracidade

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrivente

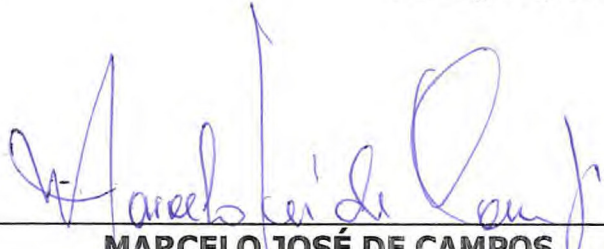


DECLARAÇÃO

Eu, **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**, brasileiro, portadora do **RG nº. 3657451-X** e **CPF nº. 037.698.798-72**, residente e domiciliado no Bairro das Partes na cidade de Porangaba/SP, declaro, para os devidos fins que a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA**, inscrita no CNPJ n.º 01.413.187/0001-18 não possui Livro de Atas.

Sem mais para o momento, firmo a presente declaração.

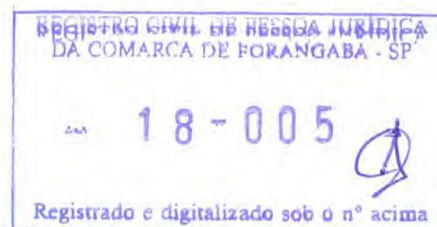
Porangaba, 19 de Janeiro 2015



MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
RG nº. 3657451-X
CPF nº. 037.698.798-72



ASSOCIAÇÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA/SP
Grato por semelhança a firma de Marcelo José de Campos
Porangaba 19 JAN 2015
Teste: Luiz da verificação



ASSOCIAÇÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente

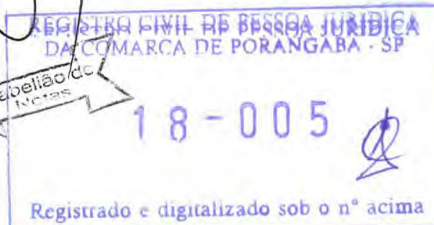
ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE "PORANGABA" DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE. (14/01/2015)

1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA: Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, às 09h00min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, sita à Rua Vereador Braz Gica da Paz, 112, Centro, CEP 18260-000. **2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral extraordinária foi realizada conforme determina o Artigo 20º do Estatuto Social, através de edital afixado na sede da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. **3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral extraordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Presidente: **MARCELO JOSÉ DE CAMPOS**; Secretária *ad doc*: **CAROLINA DINIZ PAES**. **5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Item I** – Alteração do Estatuto Social. **Item II** – Outros Assuntos de Interesse da Associação. **DELIBERAÇÕES: Item I** – O Sr. Presidente explicou que devido a mu**CAROLINA DINIZ PAES** dança na legislação de radiodifusão comunitária e também a necessidade de dinamização das decisões tomadas pela entidade em prol da comunidade, faz-se necessária a adequação do Art. 23º do Estatuto Social da entidade. A mudança aprovada por unanimidade será: A redação do Art. 23º passa a ser: "Art. 23º" – A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução. **Item II** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo, o Senhor Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar, Eu, **CAROLINA DINIZ PAES**, secretária da assembleia, lavrei esta ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
Presidente da Assembleia

CAROLINA DINIZ PAES
Secretária da Assembleia

DIRCE TOGNOLLO
Diretora Administrativa



REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA

Protocolo nº PJ 486.

Registrado sob nº 18-005 e R.8-LV.B.

Porangaba 03/02/2015.

Oficial-R\$137,46; Estado-R\$39,12; IPESP-R\$28,91; Reg. Civil-R\$7,27; TJ-R\$7,27; Total R\$220,03.

Maurício Costa Lopes Jardim - Substituto do Oficial

Maurício Costa Lopes Jardim
Substituto do Oficial

ESTATUTO SOCIAL

Artigo 1º. A “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE DE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACENTES”, sediada à Rua João Machado, 21, Centro, CEP: 18260-000, município e Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e por tempo indeterminado.

Artigo 2º. A Associação tem por finalidade e objetivo:

I – programação voltada à cultura, educação e arte;

II – estimular o lazer e o convívio social da comunidade atendida;

III – executar serviço de radiodifusão comunitária de acordo com as normas vigentes;

IV – promover a regionalização cultural, artística e jornalística;

V – arrecadar fundos para que a associação realize os seus objetivos;

VI – promover a assistência social;

VII – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

VIII – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

IX – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

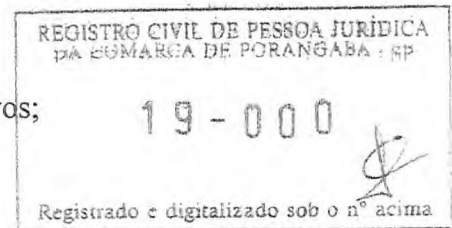
X – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP
Autentico a presente cópia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

Porangaba 25 FEV 2015

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA
Inez Aparecida da Silva
Tabeliã



REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE PORANGABA - SP

19-000

Registrado e digitalizado sob o nº acima

XI – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

XII – preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

XIII – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

XIV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

XV – não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º. O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá aos preceitos da Lei nº 9.612/1998 e demais disposições legais que regulamentem a matéria.

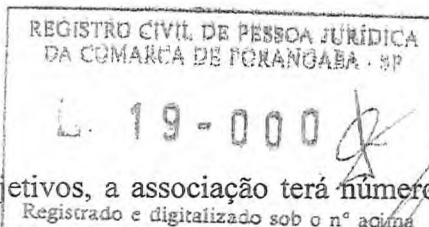
§ 2º. É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

§ 3º. Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 4º. Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

II - DOS ASSOCIADOS

Artigo 3º. Para garantir ampla e efetiva consecução de seus objetivos, a associação terá número ilimitado de associados que preencham os requisitos deste Estatuto, e que pertencerão a uma das



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS
Autentico a presente cópia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA
Inz. Antônio de Silva
Assessor

seguintes categorias:

I – Associados fundadores: são os que foram admitidos como associados efetivos à data da Assembléia de fundação, cujo o comparecimento deverá ser formalizado com identificação dos mesmos no Livro de Presença de Associados e no da Ata da mesma Assembléia;

II – Associados efetivos: são pessoas físicas ou jurídicas que aceitaram os mesmos objetivos e as normas do Estatuto da Associação;

III – Associados colaboradores: são pessoas identificadas, físicas ou jurídicas, com os objetivos da associação e que desenvolvam um trabalho de colaboração junto a mesma, devendo para ser admitidos, aceitarem as normas do Estatuto.

Artigo 4º. A admissão do associado ocorrerá mediante a sua concordância com as disposições deste Estatuto.

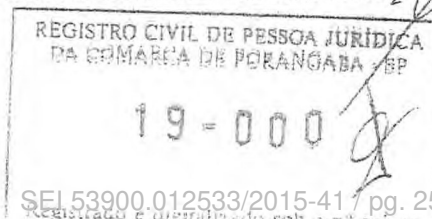
Artigo 5º. A demissão só ocorrerá quando o associado demonstrar sua vontade de não ser mais associado da entidade, comunicando sua decisão à diretoria da entidade.

Artigo 6º. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Artigo 7º. O associado que for excluído terá direito à ampla defesa e ao contraditório.

Artigo 8º. Fica assegurado o ingresso, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade onde a entidade prestará os seus serviços, inclusive o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Artigo 9º. Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.



Artigo 10. Fica também assegurado o ingresso, como associado, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 11. São direitos de todos os associados:

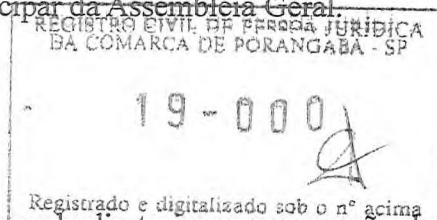
- I – votar e ser votado para a composição dos órgãos dirigentes da associação;
- II – solicitar à Diretoria, por escrito, informações e esclarecimentos sobre quaisquer assuntos referentes à administração social;
- III – participar à diretoria das comissões de trabalho, estudo e pesquisa que vierem a ser criadas;
- IV – requerer a convocação da assembléia extraordinária mediante a apresentação de requerimento, assinado por no mínimo 1/5 dos associados;
- V – representar a associação nos casos específicos, determinado pela Diretoria;
- VI – recorrer à Assembléia Geral em casos de punição imposta pela Diretoria;
- VII – oferecer sugestões à Diretoria no interesse da consecução dos objetivos sociais.

Artigo 12. Todos os associados têm o direito de participar da Assembléia Geral.

Artigo 13. São deveres de todos os associados:

I – dirigir, bem como cooperar com os demais membros da diretoria na consecução das finalidades da associação;

II – desempenhar com responsabilidade dos cargos e encargos especiais que lhe forem confiados;



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP
Autentico a presente cópia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

23 FEB 2015
TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA
Insc. nº 10.000.000-00
Insc. nº 10.000.000-00



III – cumprir e fazer cumprir os estatutos;

IV – acatar todas as deliberações emendas dos órgãos ou instâncias competentes da entidade.

Artigo 14. Os associados devem pagar pontualmente as contribuições associativas.

Artigo 15. Os associados e dirigentes não respondem subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

IV – DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS.

Artigo 16. O patrimônio e as fontes de recurso para a manutenção da Associação, serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob a forma de apoio cultural.

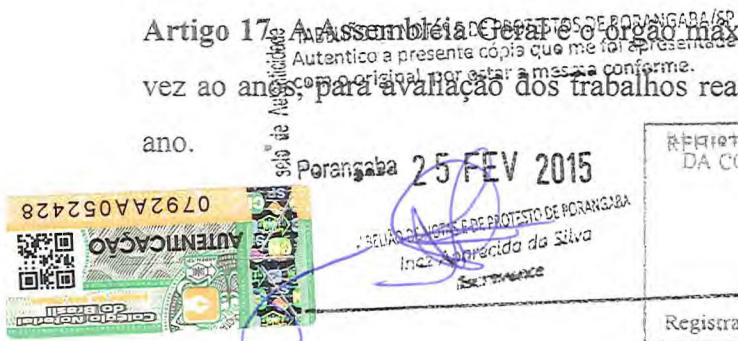
§ 1º. Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio, auferido mediante o exercício das atividades da associação, não será distribuído entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores desta entidade, devendo ser utilizados para a finalidade da associação.

§ 2º. A receita da entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

§ 3º. Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

V – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 17. A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação, reunindo-se ordinariamente, uma vez ao ano, para avaliação dos trabalhos realizados e aprovação da programação para o próximo ano.



Registrado e digitalizado sob o nº acima

Artigo 18. Podem convocar a Assembléia Geral:

- a) a diretoria;
- b) no mínimo 1/5 dos associados.

Artigo 19. As deliberações da Assembléia são tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

Artigo 20. A Assembléia Geral deve ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, através de edital que ficará fixado nas dependências da entidade, bem como, carta via correio, ou qualquer outro meio de comunicação que assegure ao associado o conhecimento do teor do edital.

Artigo 21. Compete privativamente à Assembléia Geral:

I – destituir os administradores, nos termos das disposições do Código Civil;

II – alterar os estatutos da Associação;

III – aprovar anualmente as contas;

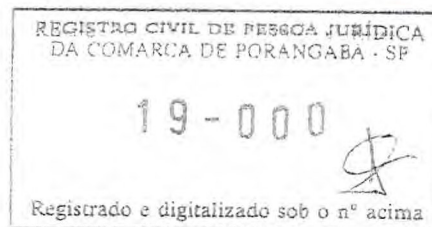
IV – eleger os administradores;

V – extinguir a entidade quando não houver mais interesse que inviabilize a continuidade de suas finalidades, mediante a aprovação de dois terços dos associados presentes ou depois de uma hora com qualquer número.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido pelo presente estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

§ 2º. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo será exigido o quórum mínimo de maioria simples dos associados presente na Assembléia Gera.

§ 3º. A Assembléia Geral de eleição dos administradores será convocada especialmente para esse fim, sendo exigido para deliberação da Assembléia o quórum mínimo de maioria dos votos dos



associados presentes.

VI – DA DIRETORIA



Artigo 22. A reunião de diretoria acontece toda vez que o presidente convocar ou quando a metade a diretoria solicitar por escrito.

Artigo 23. A diretoria é composta por três membros, um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações com mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 24. Os membros da diretoria deverão manter residência ou domicílio na área da comunidade a ser atendida pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária.

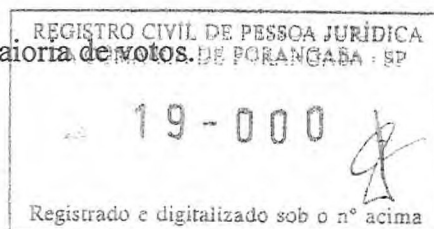
Artigo 25. Ocorrendo vacância nos cargos da diretoria será convocada a Assembléia Geral, para eleição do novo titular.

Artigo 26. Os membros da diretoria devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Artigo 27. Qualquer associado poderá requerer, por escrito, informações à diretoria em relação à administração da entidade.

Artigo 28. É vedado participar da diretoria membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou foro especial ou membros que tenham cargos de direção em serviços de radiodifusão ou de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Artigo 29. As decisões de diretoria devem ser tomadas por maioria de votos.



Artigo 30. Compete ao Presidente:

I – representar a Associação ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

II – admitir ou demitir funcionários da Associação;

III – assinar as atas de reuniões e rubricar os livros da entidade;

IV – assinar cheques, junto com o diretor administrativo, e movimentar contas bancárias.

Artigo 31. Compete ao Diretor Administrativo:

I – redigir e manter atualizadas as atas das reuniões de diretoria e da Assembléia Geral;

II – encaminhar as correspondências da Associação;

III – administrar e organizar as finanças e o patrimônio da Associação;

IV – fazer a escritura dos livros de contabilidade;

V – apresentar semestralmente e anualmente o balancete contábil;

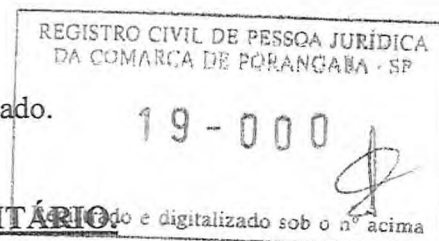
VI – assinar cheques junto com o presidente.

Artigo 32. Compete ao Diretor de Operações:

I – implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;

II – gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão comunitária;

III – promover a integração da comunidade com o serviço prestado.



VII – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 33. O Conselho Comunitário é um órgão composto por cinco representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas.

Artigo 34. Os membros do Conselho Comunitário devem ser maiores de dezoito anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, não sendo remunerados.

Artigo 35. Os Membros do Conselho Comunitário têm mandado de cinco anos, sendo eleitos em Assembléias Gerais Extraordinárias convocadas especialmente para este fim e tendo direito a reeleição.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 36. A alteração das disposições estatutárias, acontecerão sempre que decidido pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto neste estatuto, bem como na legislação pertinente.

Artigo 37. O exercício fiscal da entidade será o mesmo do calendário civil.

Artigo 38. A dissolução da associação ocorrerá segundo a decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Porangaba, 09 de abril de 2008.


Presidente


Secretária


ALAN DA SILVA OLIVEIRA

OAB/SP 293.764

TABEIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP
Autentico a presente cópia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

Porangaba 25 FEV 2015

SEÇÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Mde. Alan da Silva
Assessor

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA
DA CÍMARA DE PORANGABA - SP

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE PORANGABA-SP

Protocolo nº: PJ 00049.	Oficial.....	R\$	80,19
Registrado sob nº 19-000.	Estado.....	R\$	22,80
Porangaba, 18/06/2010.	IPESP.....	R\$	16,91
	Reg. Civil.....	R\$	4,25
	TJ.....	R\$	4,25
	Condução/Outros..	R\$	0,00
 MAURICIO COSTA LOPES JARDIM -SUBSTITUTO	TOTAL.....	R\$	128,40

OFICIAL DE REGISTRO DE PORANGABA
Imóveis - Títulos e Documentos
Pessoa Jurídica - Pessoas Naturais
Mauricio Costa Lopes Jardim
Escrevente



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP
Autentico a presente copia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

Porangaba 25 FEV 2015

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA
JACZ APARECIDO DA SILVA
Escrevente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

101-6

Marcelo Jose de Campos

ASSINATURA DO TITULAR

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 3.657.451-X DATA DE EXPEDIÇÃO 17 JUN/96

NOME MARCELO JOSE DE CAMPOS

FILIAÇÃO JOSE ERNESTO DE CAMPOS

E NANCY GUEDES DE CAMPOS

NATURALIDADE JOÃO PESSOA -PB DATA DE NASCIMENTO 09/MAR/1940

DOC ORIGEM JOÃO PESSOA-PB

JOÃO PESSOA

CN:LV.864 /FLS.238 /N.031950

CPF 037.698.798/72 PIS 10388588346

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 20/06/02

0792AA045196

AUTENTICAÇÃO

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP
Autentico a presente cópia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

R\$ 2.50

Val. Somente com selo
Porangaba 15 OUT 2013

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente

CIC

NASCIMENTO 09.03.40

INSCRIÇÃO NO CPF 037 698 798 72

CONTRIBUINTE

MARCELO JOSE DE CAMPOS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

0792AA045197

AUTENTICAÇÃO

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP
Autentico a presente cópia que me foi apresentada
com o original, por estar a mesma conforme.

R\$ 2.50

Val. Somente com selo
Porangaba 15 OUT 2013

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA
Elisama Leite Pinto
Escrevente

Autentico a presente cópia que me foi apresentada com o original por estar a mesma confirmada.

13 JAN 2015

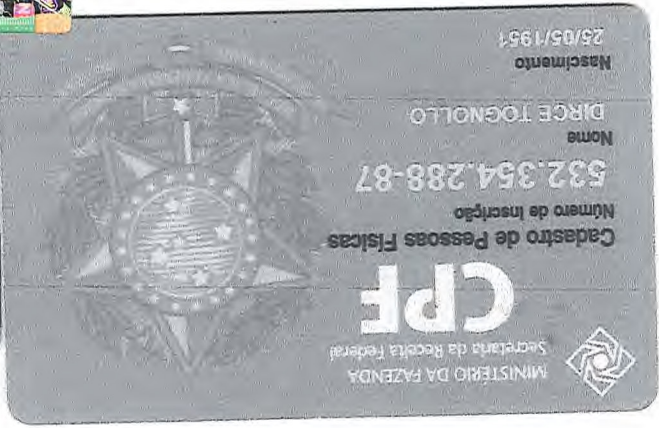
Parangaba

RS27X

Modelo de Notas e de Protótipos de Porangaba

Ass: Aparecido da Silva

Exercício



Autentico a presente cópia que me foi apresentada com o original por estar a mesma confirmada.

13 JAN 2015

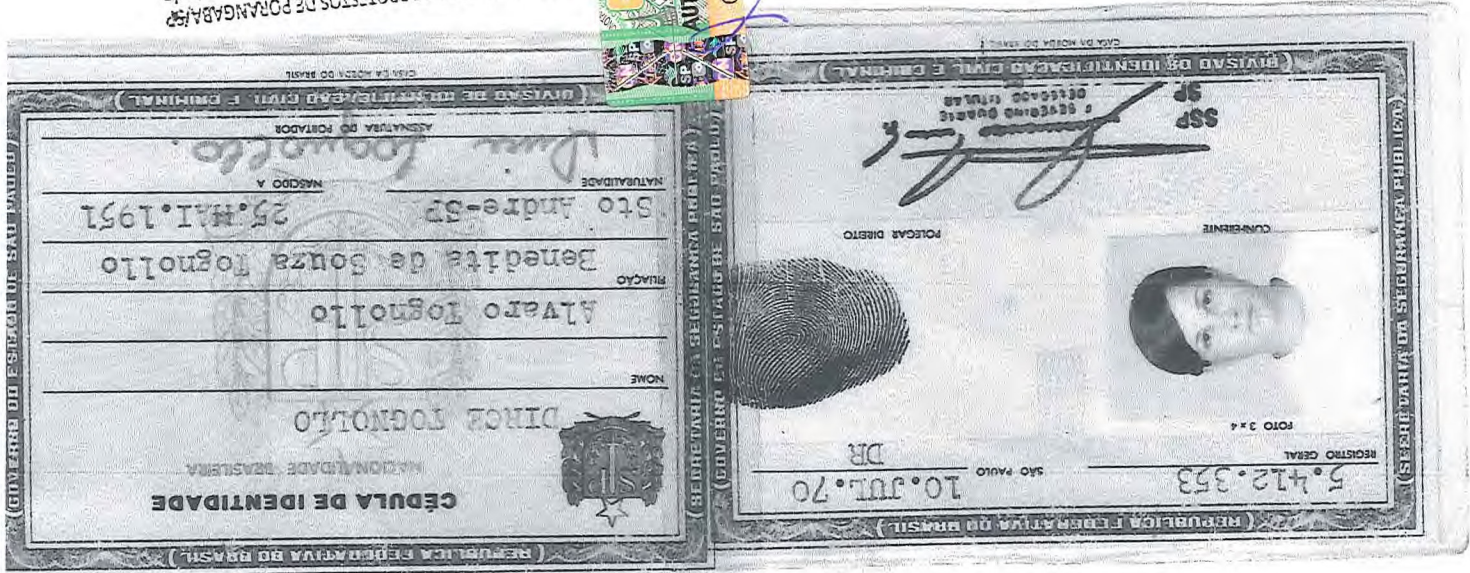
Parangaba

RS27X

Modelo de Notas e de Protótipos de Porangaba

Ass: Aparecido da Silva

Exercício



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON

8200-8

Carolina Diniz Paes

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 41.413.067-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/JUL/2004

NOME CAROLINA DINIZ PAES

FILIAÇÃO CARLOS ROBERTO AMARAL PAES E MARIA JOSE DINIZ PAES.

NATURALIDADE PIRACICABA -SP DATA DE NASCIMENTO 18/OUT/1986

DOC ORIGEM TATUI-SP PORANGABA

CN: LV. 425 / FLS. 154V/N. 001245

CPI 112170978/80

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP

Autentico a presente cópia que me foi apresentada com o original, por estar a mesma conforme.

Porangaba 15 OUT 2013

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA

Elisama Leite Pinto

Escrevente

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 112.170.978-80

Nome CAROLINA DINIZ PAES

Nascimento 18/10/1986

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão 05/2011

CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE PORANGABA/SP

Autentico a presente cópia que me foi apresentada com o original, por estar a mesma conforme.

Porangaba 15 OUT 2013

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE PORANGABA

Elisama Leite Pinto

Escrevente

UNICAÇÕES

Comunicações em São Paulo
592, Bloco 1, Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina – CEP:
/SP



PA201841
130940



Correios

R\$ 06,20

04.03.15 - 17:49

CARTA

AGF COQUEIRAL/PR

Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística, Conforme a
Constituição Vigente, Pela Democratização dos Meios de
Comunicação da Comunidade de "Porangaba" do Município de
Porangaba e Adjacências
Rua Vereador Braz Gica da Paz n°. 112, Centro , CEP: 18260-000
Porangaba/SP

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
<p>Ofício nº 22005/2014/SEI-MC</p> <p>São Paulo, 08 de dezembro de 2014</p> <p>Ao Senhor</p> <p>MARCELO JOSÉ DE CAMPOS</p> <p>Representante Legal da Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística, Conforme a Constituição Vigente, Pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências</p> <p>Rua Vereador Braz Gica da Paz nº 112 - Centro</p> <p>18260-000 / Porangaba - SP</p> <p>Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise de processo nº 53000.067258/2013-85</p>		<p>ATAIRE</p> <p>ATAIRE</p> <p>PAÍS / PAYS</p> <p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE</p> <p><input type="checkbox"/> EMS</p> <p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>	
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR</p> <p>53000.067258/2013-85</p> <p>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</p> <p>Dilce TOGNOLLO</p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION</p> <p>07/01/15</p> <p>CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION</p> <p>07 JAN 2015</p>	
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR</p> <p>5412353</p>		<p>RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT</p> <p>Juliano Rodrigues da Silva</p> <p>Matr. 8.107.885-4</p> <p>AC/Porangaba</p> <p>Atendimento Com.</p>	
<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>			
75240203-0		FC0463 / 16	
114 x 186 mm			

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO AR	(DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)	
	CN07	JH 22349658 3 BR	
DATA DE POSTAGEM	26 DEZ 2014	TENTATIVAS DE ENTREGA	
UNIDADE DE POSTAGEM	F.C. CIDADE DE SÃO PAULO	TENTATIVAS DE LIVRAISON	
PREENCHER COM LETRA DE FORMA			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR			
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL			
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE POUR RETOUR			
MINISTÉRIO DE SÃO PAULO			
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA			
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680			
CEP: 05.311-800 - SÃO PAULO-SP			
CIDADE / LOCALITÉ			
UF			
BRASIL			

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-
SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memorando nº 1970/2015/SEI-MC

São Paulo, 15 de junho de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>	
1. Associação Cultural Comunitária de Araujos - ACCA		
Araujos/MG	02.170.190/0001-10	
2. Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida"-Teodoro Sampaio-SP		Teodoro
Sampaio/SP	02.403.018/0001-60	
3. Assoc. Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme Constituição Vigente p/Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade de Porangaba		
Porangaba/SP	01.413.187/0001-18	
4. Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão		Vitória de
Santo Antão/PE	02.442.587/0001-14	
5. Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã		
Ibiporã/PR	02.429.138/0001-36	
6. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura "Comunidade em Ação"		
Muzambinho/MG	02.628.616/0001-37	
7. Serviço de Assistência Social - SAS		Conselheiro
Pena/MG	21.297.817/0001-43	
8. Ascocab - Associação Comunitária de Cabixi-RO		
Cabixi/RO	02.355.992/0001-03	
9. Associação Comunitária e Cultural de Coruripe		
Coruripe/AL	03.105.215/0001-65	

10. Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM
Viana/RS 02.584.800/0001-22

Manoel

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 15/06/2015, às 16:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0552974** e o código CRC **9D26B9F4**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Porangaba
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COM, EDUC, CULT. E ART, C.C. A CONST. VIG.,PELA DEM. DOS MEIOS DE COM. DA COM. DE PORANGABA DO M DE P. E ADJ
Nome Fantasia: PORANGABA FM
Logradouro: RUA JOAO MACHADO
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 01.413.187/0001-18
Bairro: CENTRO
Número: 21
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 01413187000118

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COM, EDUC, CULT. E ART, C.C. A CONST. VIG.,PELA DEM. DOS MEIOS DE COM. DA COM. DE PORANGABA DO M DE P. E ADJ**Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 18260000
Número: 21
Município: Porangaba
Telefone: 61 0000000000

Logradouro: RUA JOAO MACHADO
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: SP
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 18260000
Número: 21
Município: Porangaba

Logradouro: RUA JOAO MACHADO
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: SP

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 17/10/2003**Data Limite Instalação:** **Número do Processo:** 538300021151998**Fistel:** 50011465697**Caixa:** **Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	393		Portaria	MC	27/07/2001	06/08/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
<input type="text"/>	25117		ATO	SCM	25/04/2002	29/04/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
<input type="text"/>	753		Decreto Legislativo	CN	16/10/2003	17/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
<input type="text"/>	43479		ATO	SCM	26/03/2004	30/03/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COM, EDUC, CULT. E ART, C.C. A CONST. VIG.,PELA DEM. DOS
MEIOS DE COM. DA COM. DE PORANGABA DO M DE P. E ADJ - CNPJ/CPF
(01.413.187/0001-18)

Município/UF: PORANGABA/SP

Indicativo: ZYM810

Situação: [Atenção: Entidade](#)
[devedora \(Não](#)
[bloqueada\)](#)

Canal: 285

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.045245/2015-73**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COM, EDUC, CULT. E ART, C.C. A CONST. VIG.,PELA DEM. DOS MEIOS DE COM. DA COM. DE PORANGABA DO M DE P. E ADJ**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COM, EDUC, CULT. E ART, C.C. A CONST. VIG.,PELA DEM. DOS MEIOS DE COM. DA COM. DE PORANGABA DO M DE P. E ADJ, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Porangaba, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 10/09/2015, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0702270** e o código CRC **4950CA43**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 12306/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.067258/2013-85**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Porangaba/SP**, por meio da Portaria nº **393**, publicada no DOU de 06/08/2001, e Decreto Legislativo nº **753**, publicado no DOU de 17/10/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 17/10/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 14/11/2013 (doc. 0097979, página 02), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA COMUNIDADE 'PORANGABA' DO MUNICÍPIO DE PORANGABA E ADJACÊNCIAS

QUADRO DIRETIVO

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS - Presidente

DIRCE TOGNOLLO - Diretora Administrativa

CAROLINA DINIZ PAES - Diretora de Operações

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 08 a 13 do evento SEI (0408281) do documento 53900.012533/2015-41.

2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 72 a 74 e 89 a 92 do evento SEI (0097979).
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 33 a 35 do evento SEI (0408281) do documento 53900.012533/2015-41.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 04 do evento SEI (0097979).
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 05 do evento SEI (0097979).
	Cópia do comprovante de inscrição no	Ok, página 06 do

6.	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	evento SEI (0097979).
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 07 a 10 do evento SEI (0097979).

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0702270) processo anexado 53900.045245/2015-73.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 17/09/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubarú, Advogado**, em 17/09/2015, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 04/11/2015, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de**



Serviços de Comunicação Eletrônica, em 15/12/2015, às 14:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 30/12/2015, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0543227** e o código CRC **B7853B61**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.067258/2013-85**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17/10/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Porangaba/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067258/2013-85 e nº 53830.002115/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.067258/2013-85

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0719962), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		Ok, página 02 do evento SEI (0097979).
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 04 do evento SEI (0097979).
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		Ok, página 05 do evento SEI (0097979).
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		Ok, página 06 do evento SEI (0097979).
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		Ok, páginas 08 a 13 do evento SEI (0408281) do documento 53900.012533/2015-41.
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		Ok, páginas 72 a 74 e 89 a 92 do evento SEI (0097979).
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		Ok, páginas 33 a 35 do evento SEI (0408281) do documento 53900.012533/2015-41.
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 07 a 10 do evento SEI (0097979).

9	Relatório de apuração de infrações	x		Evento SEI (0702270) processo anexado nº 53900.045245/2015-73.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0719969** e o código CRC **E5090608**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.067258/2013-85

Interessado: Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela Democratização dos meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências

Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.051583/2012-45 (ver documento 0719969), no qual a **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela Democratização dos meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Porangaba / SP**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0911587** e o código CRC **FE162C73**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.067258/2013-85**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17 de outubro de 2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Porangaba/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067258/2013-85 e nº 53830.002115/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 101/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067258/2013-85 e nº 53830.002115/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912614** e o código CRC **39D024D7**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.067258/2013-85**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17/10/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Porangaba/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912622** e o código CRC **16019A84**.



Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 22, DE 4 FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o disposto na Resolução nº 152, de 29 de outubro de 2003, do CONTRAN, que estabelece requisitos técnicos de fabricação e instalação de para-choque traseiro para veículos de carga, em especial no item 4.9, do Anexo da Resolução CONTRAN nº 152, que se refere à película refletiva a ser utilizada;

Considerando o Relatório de Ensaio Nº 15118438 LSV, de 18/11/2015 (Ensaio Diversos em Película Refletiva), elaborado pelo Laboratório LENCO CENTRO DE CONTROLE TECNOLÓGICO LTDA, parte integrante do Processo nº 80000.001645/2016-74, RE-SOLVE:

Art. 1º Aprovar a Película Retrorrefletiva, para fabricação de para-choque traseiro de veículos de transporte de carga, reboque e semirreboque com peso bruto total (PBT) superior a 4.600 kg, com as seguintes especificações:

Produto: Película Retrorrefletiva, marca AVERY, na cor vermelha e branca

Requerente: AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 43.999.630/0001-24

Endereço: Km 77 da Rodovia Vinhedo-Viracopos - Distrito Industrial

CEP: 13.280-000 - Vinhedo - SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 23, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16, VI, do Anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece normas e procedimentos para o licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal - ETP para emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, II, da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias, à pessoa jurídica Brasil MG Inspeções Veiculares Ltda., CNPJ nº 08.380.915/0001-81, situada em Barbacena - MG, na Rodovia BR 040, km 698, bairro São Pedro, CEP 36.200-000, em razão da irregularidade prevista no item 05 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constatada no processo administrativo nº 80000.032587/2011-16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 101, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs **53000.067258/2013-85** e nº 53830.002115/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA CONFORME A CONSTITUIÇÃO VIGENTE, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 233, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048665/2012-11 e nº 53730.000549/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à RADIO COMUNITÁRIA CRUZ DAS ARMAS FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de João Pessoa/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 234, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031941/2012-01 e nº 53670.000716/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 2/5 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ABADIÂNIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Abadiânia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 235, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056622/2011-10 e nº 53640.000953/98, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ARACRUZ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Luís Eduardo Magalhães/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 236, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000236/1998 e nº 53000.058079/2011-95, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26/06/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Autazes/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 237, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.019194/2014-43 e nº 53820.000664/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2014, a autorização outorgada à ABRIGO LUZ DO AMANHÃ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itajaí/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 238, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.033271/2013-31 e nº 53640.000243/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEDO DO TABOCAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lajedo do Tabocal/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 240, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006809/2013-34 e nº 53720.000677/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ferreira Gomes/AP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 241, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021788/2012-04 e nº 53790.001657/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/05/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São João de Urtiga/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 245, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.019131/2013-50 e nº 53630.000152/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE BARCELOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Barcelos/AM.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.067258/2013-85**

Entidade: **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 101, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 05/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Porangaba/SP**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.067258/2013-85**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0956824** e o código CRC **3469E6EA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.067258/2013-85**

Entidade: **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 101, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 05/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Porangaba/SP**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.067258/2013-85**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/02/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0956824** e o código CRC **3469E6EA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Brasília, 28 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.067258/2013-85, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Porangaba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência

da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

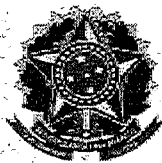
Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO
03 MAI 2016
Hora: 15:25
Func.: Valdeci Oliveira Costa
Assistente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 14599/2016/SEI-MC

Ao Senhor

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

EM nº 169/2016 MC

- 53000.058848/2011

EM nº 171/2016 MC

- 53000.012652/2008

EM nº 172/2016 MC

- 53000.059087/2011

EM nº 173/2016 MC

- 53000.057408/2011

EM nº 174/2016 MC

- 53000.058765/2011

RECEBIDO ORIGINAL
Em: 03/05/2016
Nome Legível: _____
Assinatura: _____
Valdeci Oliveira Costa
Assistente

EM nº 175/2016 MC

- 53000.059431/2011

EM nº 176/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 177/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 178/2016 MC

- 53000.025761/2013

EM nº 179/2016 MC

- 53000.074982/2013

EM nº 181/2016 MC

- 53000.056209/2011

EM nº 182/2016 MC

- 53000.027302/2011

EM nº 183/2016 MC

- 53000.072343/2013

EM nº 184/2016 MC

- 53000.063406/2011

EM nº 186/2016 MC

- 53000.043084/2012

EM nº 187/2016 MC

- 53640.000775/1998

EM nº 188/2016 MC

- 53000.004800/2012

EM nº 189/2016 MC

- 53000.025225/2010

EM nº 190/2016 MC

- 53900.007781/2015

EM nº 191/2016 MC

- 53000.019876/2005

EM nº 192/2016 MC

- 53000.003804/2013

EM nº 193/2016 MC

- 53000.003954/2014

EM nº 194/2016 MC

- 53000.019131/2013

EM nº 195/2016 MC

- 53000.058130/2011

EM nº 196/2016 MC

Valéria Oliveira Costa
Assistente - CODOC

- 53000.057301/2012
EM nº 197/2016 MC
- 53000.067258/2013
EM nº 198/2016 MC
- 53900.019194/2014
EM nº 199/2016 MC
- 53000.056208/2011
EM nº 200/2016 MC
- 53000.031941/2012
EM nº 201/2016 MC
- 53000.058079/2011
EM nº 202/2016 MC
- 53000.059476/2011
EM nº 203/2016 MC
- 53000.006809/2013
EM nº 204/2016 MC
- 53000.048665/2012
EM nº 205/2016 MC
- 53000.033271/2013
EM nº 206/2016 MC
- 53900.029909/2015
EM nº 207/2016 MC
- 53000.023205/2013
EM nº 208/2016 MC
- 53000.061812/2011
EM nº 209/2016 MC
- 53000.028016/2008
EM nº 210/2016 MC
- 53000.056622/2011
EM nº 211/2016 MC
- 53000.051845/2012
EM nº 212/2016 MC
- 53000.058099/2011
EM nº 213/2016 MC
- 53000.062221/2013
EM nº 214/2016 MC
- 53900.032165/2014
EM nº 215/2016 MC
- 53900.016191/2015

Lucia Oliveira Costa
Assistente - CODOC

EM nº 216/2016 MC ✓

- 53000.057355/2011

EM nº 217/2016 MC ✓

- 53000.030397/2012

EM nº 218/2016 MC ✓

- 53000.034031/2012

EM nº 219/2016 MC ✓

- 53000.053921/2012

EM nº 220/2016 MC ✓

- 53900.018692/2014

EM nº 221/2016 MC ✓

- 53000.056632/2011

EM nº 222/2016 MC ✓

- 53000.027685/2013

EM nº 223/2016 MC ✓

- 53000.040771/2013

EM nº 224/2016 MC ✓

- 53000.022289/2013

EM nº 225/2016 MC ✓

- 53000.040656/2013

EM nº 226/2016 MC ✓

- 53000.040721/2013

EM nº 227/2016 MC ✓

- 53000.047754/2013

EM nº 228/2016 MC ✓

- 53000.024854/2013

EM nº 229/2016 MC ✓

- 53000.051661/2012

EM nº 230/2016 MC ✓

- 53000.039925/2013

EM nº 231/2016 MC ✓

- 53000.046267/2013

EM nº 232/2016 MC ✓

- 53000.056210/2011

EM nº 233/2016 MC ✓

- 53000.056441/2013

EM nº 234/2016 MC ✓

- 53000.041601/2013

EM nº 235/2016 MC ✓

Valdeir Oliveira Costa
Assistente - CODOC

- 53000.021870/2013
EM nº 236/2016 MC ✓
- 53000.055726/2012
EM nº 237/2016 MC ✓
- 53000.049242/2012
EM nº 238/2016 MC ✓
- 53000.025272/2013
EM nº 239/2016 MC ✓
- 53000.056213/2011
EM nº 240/2016 MC ✓
- 53000.044838/2012
EM nº 241/2016 MC ✓
- 53000.028888/2013
EM nº 242/2016 MC ✓
- 53000.035879/2012
EM nº 243/2016 MC ✓
- 53000.027789/2013
EM nº 244/2016 MC ✓
- 53900.013869/2014
EM nº 245/2016 MC ✓
- 53000.047332/2013
EM nº 246/2016 MC ✓
- 53000.041226/2011
EM nº 248/2016 MC ✓
- 53000.059022/2011
EM nº 249/2016 MC ✓
- 53000.065119/2010
EM nº 261/2016 MC ✓
- 53900.042184/2015

Atenciosamente,

ADRIANA SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 02/05/2016, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1105414** e o código
CRC **E0C1B035**.

Criado por nelsonk, versão 2 por nelsonk em 02/05/2016 16:00:49.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16646/2016/SEI-MC

Ao Senhor

MARCELO JOSÉ DE CAMPOS

Representante Legal da Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística, Conforme a Constituição Vigente, Pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências

Rua Vereador Braz Gica da Paz nº 112 - Centro

18260-000 / Porangaba - SP
CNPJ nº 01.413.187/0001-18

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.067258/2013-85.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística, Conforme a Constituição Vigente, Pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, sediada em **Porangaba - SP**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **17 de Outubro de 2013**, conforme Portaria nº 101, de 1º de Fevereiro de 2016, publicada no DOU de 5 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1129247** e o código CRC **4E515309**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.067258/2013-85

Referência: Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 13 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 16/05/2016, às 09:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1135292** e o código CRC **922E4F70**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOME OU RAZÃO SOCIAL	SCE/CGRC
ENDEREÇO / ADRES:	OFICIO n° 16646/2016/SEI-MC, de 12/05/2016
CEP / CODE POSTAL	N° DO PROCESSO: 53000.067258/2013-85
	MARCELO JOSÉ DE CAMPOS
	ASS. COM. EDUC. CULT. E ART. P/ DEMOC. DE COMUN. DE
	PORANGABA
	RUA VEREADOR BRAZ GICA DA PAZ N° 112 - CENTRO
	18260-000 PORANGABA - SP

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
	<input type="checkbox"/> EMS
	<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
<i>Janaina de Fátima Oliveira</i>	<i>25/05/16</i>	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
<i>(Janaina de Fátima Oliveira)</i>		
N° DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
	<i>[Signature]</i> GILMAR DE CAMARGO Agente de Correios Matrícula: 81132778	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

JO 39168014 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

AGÊNCIA MINICOM

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

EN

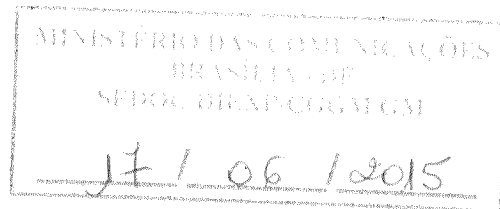
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

CI

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,

ANDRÉ BUCAR
Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matiense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO)	Indiará	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	186	2016	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019194/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM no 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).ÉM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádio e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) – Pacaembu (SP). EM n° 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). EM n° 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM n° 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). EM n° 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). EM n° 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).EM n° 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).EM n° 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.EM n° 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.EM n° 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.EM n° 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RNEM n° 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.EM n° 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.EM n° 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Ascocab-Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.EM n° 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.EM n° 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM nº 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM nº 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM nº 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM nº 229/2016 MC - 53000.051661/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM nº 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM nº 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM nº 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM nº.233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. -EM nº 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM nº 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM nº 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM nº 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG	Araújos	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG. - EM nº 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM nº 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM nº 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM nº 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM nº 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.	Itaíçaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.EM nº 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM nº 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM nº 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM nº 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM nº 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM nº 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM nº 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM nº 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM nº 306/2016 MC - 53000.057907/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM nº 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM nº 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Radio Comunitária do Bairro Sao Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jarú (RO).	Jarú	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jarú (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI -Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Radio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG).	Ipuina	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuina (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RADIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG).	Itatiaiuçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu -Itatiaiuçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	262	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa- ACCJ - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.028353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.036682/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avareense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão -Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

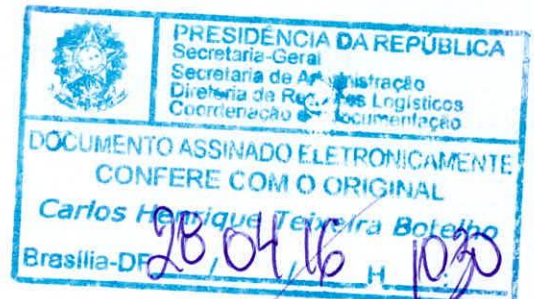
Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR).	Ibiporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53900.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

(26)

53000.067258/2013-85

EM nº 00197/2016 MC

Brasília, 28 de Abril de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.067258/2013-85, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Porangaba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do
				doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico



Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.067258/2013-85

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 12306/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1240094** e o código CRC **86826239**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.067258/2013-85, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.067258/2013-85**

Entidade: **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743097** e o código CRC **C38F7574**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.067258/2013-85

SEI nº 1743097

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.067258/2013-85**

Entidade: **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743107** e o código CRC **CB5A27DB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.067258/2013-85

SEI nº 1743107

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.067258/2013-85**

Entidade: **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 12306/2015 (0543227) e do Parecer Conjur nº 475/2016 (0719962), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743109** e o código CRC **493294B6**.

Minutas e Anexos

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.067258/2013-85**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17/10/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Porangaba/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.067258/2013-85

SEI nº 1743109

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.067258/2013-85, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Porangaba/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1823251** e o código CRC **FF460857**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1886011** e o código CRC **4DAF7355**.

Referência: Processo nº 53000.067258/2013-85

SEI nº 1886011

Brasília, 21 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.067258/2013-85, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Porangaba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

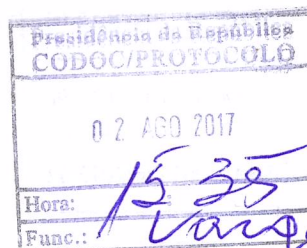
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
401/2017	53000.057908/2011-12	Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão
402/2017	53000.036682/2009-00	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca
403/2017	53000.048835-2013-30	Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus
404/2017	53000.046267/2013-32	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás
405/2017	53000.061548-2013-15	Associação Cultural de Triunfo
406/2017	53000.026302/2013-05	Associação Comunitária 29 de Dezembro
407/2017	53000.002360/2012-54	Associação Cultural Maraial
408/2017	53000.053346/2011-38	Clube de Mães
409/2017	53900.021931/2015-59	Associação Rádio Comunitária de Manari – Pe
410/2017	53900.007246/2014-39	Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias
411/2017	53000.058098/2011-11	Associação Comunitária A Voz de Quissamã
412/2017	53000.056150/2012-86	Associação Beneficente Mão Amiga

413/2017	53000.059286/2011-67	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã
414/2017	53000.041134/2011-16	Associação Cultural e Comunitária
415/2017	53000.057218/2011-63	Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo
416/2017	53000.058848/2011-55	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza
417/2017	53000.058471/201134	Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM
418/2017	53900.025904/2015-55	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
419/2017	53000.050945/2013-61	Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho
420/2017	53000.057297/2012-93	Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
421/2017	53000.058103/2011-96	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM
422/2017	53000.065326/2013-71	Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo
423/2017	53000.061913/2013-91	Associação Radio Vida
424/2017	53000.007503/2006-76	Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino
425/2017	53000.065289/2012-11	Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento
426/2017	53000.034808/2013-80	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade
427/2017	53000.046095/2012-16	Associação Comunitária Mundo Melhor
428/2017	53000.043077/2012-82	Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa
429/2017	53000.051661/2012-10	Associação Comunitária Moriah
430/2017	53000.055803/2012-18	Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba
431/2017	53000.071350/2013-40	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade
432/2017	53000.003804/2013-50	Associação Cultural Comunitária Esperança
433/2017	53900.036160/2014-13	Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt
434/2017	53000.067258/2013-85	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências
435/2017	53000.070507/2013-10	Associação Cultural Esportiva e Turística
436/2017	53000.060438/2013-36	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio
437/2017	53000.052854/2012-80	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra

438/2017	53000.042446/2011-39	Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú
439/2017	53900.018692/2014-79	Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação
440/2017	53000.017596/2013-76	Associação Cultural e Comunitária Garopabense de Comunicações
441/2017	53000.065155/2013-81	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho
442/2017	53000.066832/2013-88	Associação Cultural Nova Palma
443/2017	53000.015829/2013-04	Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cassia
444/2017	53000.007049/2013-82	Associação Porto Real
445/2017	53000.054982/2012-68	Rádio Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro
446/2017	53000.030840/2012-13	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde
447/2017	53000.021870/2013-10	Associação Comunitária Terra de Getulina
448/2017	53000.006807/2013-45	Associação Cultural Comunitária de Pedreira
449/2017	53000.015823/2013-29	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu
450/2017	53900.015229/2014-75	Associação Comunitária Cultural Pela Democratização dos Meios de Comunicação Contestado - ACC

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 25/07/2017, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2071410 e o código CRC 3B51B913.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2071410

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.067258/2013-85
Referência: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2103741** e o código CRC **0EEADA6A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.067258/2013-85

SEI nº 2103741

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.067258/2013-85.**

Entidade: **Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/07/2019, às 16:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4373531** e o código CRC **5B4F0130**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.067258/2013-85, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade ' Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências, inscrita no CNPJ nº 01.413.187/0001-18, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de outubro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Porangaba, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12306/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 101, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.067258/2013-85

SEI nº 4373531

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.067258/2013-85, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição vigente, pela democratização dos meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do município de Porangaba e Adjacências, inscrita no CNPJ nº 01.413.187/0001-18, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de outubro de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Porangaba, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12306/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 101, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36752/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.067258/2013-85.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4695203** e o código CRC **42C6AF40**.